

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Daniela Dalla Vecchia

**OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NO MERCADO DE
TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE
2010 E 2019**

Santa Cruz do Sul
2021

Daniela Dalla Vecchia

**OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NO MERCADO DE TRABALHO NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2010 E 2019**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Dr. Heron S. M. Begnis

Santa Cruz do Sul

2021

RESUMO

A política monetária se caracteriza por ser um conjunto de medidas que tem como finalidade controlar a inflação e a taxa de juros de um país, afetando diretamente variáveis econômicas como o emprego e a renda. A busca pelo crescimento econômico e o bem-estar da população são pontos que geram debates entre as autoridades quando necessário definir as ações da política monetária, incluindo os impactos que podem gerar no mercado de trabalho, considerando que este eleva o desenvolvimento socioeconômico, afetando diretamente indicadores como o Produto Interno Bruto. O objetivo principal desta pesquisa foi entender como as políticas monetárias definidas pelo governos federais impactam o mercado de trabalho. Especificamente o trabalho procurou examinar os efeitos das políticas monetárias no mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2010 e 2019. Para isso foi desenvolvida uma base teórica utilizando autores nacionais que apresentam temáticas como os instrumentos e as funções da política monetária, a atuação no governo em tentar estabilizar a atividade econômica, o funcionamento do mercado de trabalho e a evolução das taxas de emprego e desemprego do período de análise no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, realizando uma análise de caráter histórico e econômico, utilizando também levantamentos de dados públicos. Através do período analisado foi possível verificar as diversas medidas de política monetária utilizadas por cada governo e os efeitos causados nos setores econômicos no Rio Grande do Sul. Os resultados apontaram que em alguns períodos não há uma relação direta entre os instrumentos da política monetária e os efeitos esperados sobre o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Política Monetária; Mercado de trabalho; Governo; Emprego; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Monetary policy is characterized by being a group of measures that the object is to control inflation and the rate interest of a country, directly affecting economic variables as employment and income. The search for economic growth and the well-being of the population are points that generate debate among the authorities when necessary to define monetary policy actions, including the impacts created on the labour market, considering that increases socioeconomic development, directly affecting indicators as the Gross Domestic Product. The main objective of this research was to understand how monetary policies are defined at the federal governments impact on labour market. Specifically, the research searched to examine the effects of monetary policies at the labour market in the state of Rio Grande do Sul in the period between 2010 to 2019. For that, it was developed a theoretical basis was using national authors who present themes such as the instruments and functions of monetary policy, the action of the government trying to stabilize economic activity, the functioning of the labour market and the evolution of employment and unemployment rates in the period of analysis in Rio Grande do Sul. The methodology used was descriptive bibliographic search, carrying out an a historical and economic analysis, also using public data surveys. Throughout the analyzed period, it was possible to verify the various monetary policy measures used by each government and the effects caused at the economic sectors in Rio Grande do Sul. The results showed that in some periods there is not direct relation between the instruments of monetary policy and the expected effects on the labour market.

Keywords: Monetary Policy; Labour Market; Government; Employment; Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 1 – Elevação da Taxa de Desocupação no Brasil entre 2010 e 2019..... | 33 |
| GRÁFICO 2 – Alteração da Taxa Selic no Brasil entre 2010 e 2019..... | 34 |
| GRÁFICO 3 – Relação entre a Taxa de Desocupação e a Taxa Selic no Brasil entre 2010 e 2019..... | 36 |
| GRÁFICO 4 – Alteração do número de Vínculos Empregatícios por setor no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2019..... | 41 |
| GRÁFICO 5 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor industrial no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 42 |
| GRÁFICO 6 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor de construção civil no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 43 |
| GRÁFICO 7 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor de serviços no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 44 |
| GRÁFICO 8 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor comercial no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 45 |
| GRÁFICO 9 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor agropecuário no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 46 |
| GRÁFICO 10 – Vínculos empregatícios totais do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e a variação anual entre 2010 e 2019..... | 47 |
| GRÁFICO 11 – Relação entre o Total da População Economicamente Ativa e o número de Vínculos Empregatícios Ativos no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2019..... | 48 |
| GRÁFICO 12 – Vagas oferecidas no Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 50 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|-------------------------------------------------|
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| COREDEs | Conselhos Regionais de Desenvolvimento |
| FGTAS | Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| Selic | Sistema Especial de Liquidação de Custódia |
| SINE | Sistema Nacional de Emprego |
| SFN | Sistema Financeiro Nacional |
| URV | Unidade Real de Valor |

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 Problema | 9 |
| 1.2 Objetivos | 10 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 10 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 10 |
| 1.3 Justificativa | 10 |
| 1.4 Metodologia..... | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 14 |
| 2.1 A política monetária como instrumento de política econômica..... | 14 |
| 2.2 Antecedentes da política monetária no Brasil..... | 21 |
| 3 A POLÍTICA MONETÁRIA E O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2010 E 2019..... | 26 |
| 3.1 Instrumentos de política monetária utilizados no período de 2010 a 2019..... | 27 |
| 3.2 Evolução das taxas de emprego e desemprego no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019..... | 37 |
| 4 CONCLUSÃO..... | 51 |
| REFERÊNCIAS..... | 53 |

1 INTRODUÇÃO

A leitura que o governo consegue fazer em relação a sociedade e a forma como ele busca cumprir com o seu papel são os primeiros passos para atender as regulações das políticas econômicas que são entendidas como necessárias para o desenvolvimento do país, levando em consideração os interesses e o bem estar da população. Entre os mecanismos de política econômica, as políticas monetárias possuem capacidade de afetar diretamente variáveis econômicas reais, como produto e emprego. Este é o ponto de partida dos debates sobre o uso da política monetária como forma de promover crescimento e combater o desemprego (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008).

As aplicações das políticas monetárias se dão pela necessidade do governo de conseguir estabilizar a atividade econômica, ou então, pelo menos, amenizar a intensidade dos efeitos negativos causados pelos ciclos econômicos. A política monetária é um assunto amplamente discutido no Brasil, sendo motivo de pauta frequente nos órgãos responsáveis. As crises pelas quais o Brasil passou no decorrer dos últimos anos, fizeram com que o tema ganhasse notável repercussão no cenário econômico.

Como característica marcante da política monetária, está o controle da quantidade de moeda em circulação na economia, e é através dela que todo o processo de tomada decisões ocorre. Os órgãos responsáveis analisam questões básicas, e também avaliam se as expectativas desejadas foram atingidas resultando, assim, em como o governo irá conduzir a economia. Sendo através das políticas monetárias que os governos conseguem manter o controle da inflação, impedir um aumento generalizado nos preços dos produtos comercializados, como também, intervir no nível de desemprego provocado pelas alterações no cenário econômico.

Apesar da disponibilidade de informações, por vezes, ocorrem divergências entre as projeções e os resultados finais, tanto na inflação, na taxa de juros, no nível de desemprego, quanto nas relações de demanda e oferta do país. Contudo, podem ser feitas análises para identificar os motivos que levaram a desconformidade, e realizar a aplicação de duas diferentes políticas monetárias, na tentativa de reverter o cenário em que a economia se encontra, chamadas de políticas monetária expansionista e monetária contracionista.

Uma política monetária expansionista, se dá pelo aumento de liquidez na economia, aumentando a base monetária. Desta forma, diminuindo a taxa de juros, e fazendo com que o crédito e os financiamentos da iniciativa privada se tornem acessíveis. Consequentemente diminuindo o nível de desemprego e aumentando o poder de consumo por parte da população, incentivando a economia. No que se refere a aplicação de uma política monetária contracionista, o governo, através do Banco Central, diminui a liquidez do mercado, a fim de conter a inflação, causando efeito contrário, podendo aumentar o nível de desemprego e diminuindo o poder de compra por determinado período (SOUZA, 2009).

Com o aumento de moeda em circulação, aumenta-se o poder de compra por parte dos consumidores, aumentando consequentemente a demanda e fazendo-se necessárias novas contratações de mão de obra por parte das indústrias empregadoras. Estas, por sua vez são incentivadas a produzir em níveis elevados para atender a alta demanda, gerando assim, crescimento do emprego e da renda. Porém para que estes novos empregos consigam se manter, é preciso que a oferta de moeda se torne contínua. Contudo, com o aumento da inflação gerado pelo aumento do poder de compra, se faz necessário reduzir a base monetária, reduzindo este mesmo poder de compra que antes encontrava-se em alta e diminuindo a necessidade de altos níveis de produção, causando demissões por parte do setor industrial aumentando assim os níveis de desemprego.

Dessa forma, é possível fazer uma reflexão sobre a influência das políticas monetárias e os impactos dos ciclos econômicos no mercado de trabalho de determinada região, ou país. Segundo Abel, Bernanke e Croushore (2008), em uma recessão, o nível de emprego tende a cair, ou então apresentar crescimento de maneira lenta, fazendo com que trabalhadores sejam dispensados e acabam por encontrar dificuldades em uma futura inserção no mercado.

1.1 Problema

Como as decisões da política monetária nacional do período compreendido entre 2010 e 2019 repercutiram sobre o nível de emprego no Rio Grande do Sul?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Examinar a relação entre as decisões da política monetária nacional e a influência sobre o nível de emprego no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2010 e 2019.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os instrumentos de política monetária utilizados no período de 2010 à 2019;
- b) Apontar a evolução das taxas de emprego e desemprego no Rio Grande do Sul no mesmo período estudado;
- c) Compreender a relação entre política monetária e suas influências sobre o índice de emprego.

1.3 Justificativa

O mercado de trabalho possui capacidade de elevar o grau de desenvolvimento socioeconômico, causando alterações em diversos indicadores, como por exemplo no Produto Interno Bruto (PIB). O avanço nas formalizações de contratos de trabalho influenciam o crescimento do PIB com maiores taxas de investimento e aumento da produtividade. Nesse mesmo sentido, também intervêm no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), expandindo o consumo por parte da população inserida no mercado de trabalho (BALTAR, 2015).

Outro ponto que se pode enfatizar, por se tratar de um índice de carácter social, está a relação do mercado de trabalho com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mais do que gerar postos de trabalho, considera-se as condições dignas ofertadas por parte dos empregadores, como nível adequado de remuneração, respeito aos direitos do trabalho e acesso à proteção social. Um aumento na ocupação interfere na união de políticas macro e microeconômicas com políticas sociais, de emprego e de mercado de trabalho. Dessa forma, contribui para o desenvolvimento

ao estabelecer relação entre direitos e bem estar por parte da população empregada, refletindo também na elevação da produtividade da mão de obra (BAUMANN, 2008).

Além disso, o mercado de trabalho estabelece as relações de oferta e demanda, abastecendo e movimentando a economia. Apresenta também um papel determinante na condição socioeconômica da população de todo um país e de suas regiões. No Brasil, um crescimento enfático do Produto Interno Bruto (PIB) e com inflação baixa, em meados dos anos 2000, fez com que a geração de empregos aumentasse, contribuindo para a formalização dos contratos de trabalho e assim, elevando o poder de compra (BALTAR, 2015).

No campo de estudo da ciência econômica o presente trabalho aborda as políticas monetárias adotadas pelos governos federal entre os anos de 2010 e 2019, procurando analisar sua coerência com o objetivo de promover a ampliação do emprego formal. Após passado o período da crise de 2008, o governo federal da época, a partir do ano de 2009 passou a flexibilizar as taxas de juros, contribuindo com o crescimento da economia, visto que anteriormente, o objetivo principal era a estabilização econômica (SILVA, 2017).

Ainda de acordo com Silva (2017), nos anos seguintes, com a continuidade do governo sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, manteve-se como principal objetivo o controle da inflação. Passando posteriormente para o início do governo Dilma, após as taxas de juros serem flexibilizadas, com a inflação próxima ao teto da meta, foram tomadas decisões estratégicas capazes de elevar as taxas de juros, ao mesmo tempo em que se tentava reduzir a inflação sem gerar impactos sobre o crescimento econômico.

Partindo para o início do Governo Temer, descrito como um período conturbado e de mudanças na condução da política econômica, que persistem até o Governo Bolsonaro, foram notáveis os rumos da economia para um novo modelo de desenvolvimento. Baseando-se em reformas de carácter liberais, e políticas monetárias conservadoras, que possuem o propósito de estabelecer expectativas inflacionárias, e alterando os anteriores aspectos do desenvolvimento. Ocorrendo também a implementação de políticas ortodoxas em contexto de desaceleração e diminuição do papel do Estado na economia, trazendo questionamentos quanto a incapacidade de sustentação de um novo ciclo de crescimento (OREIRO; DE PAULA, 2019).

Quanto a delimitação de pesquisa do presente trabalho, por ser o Rio Grande do Sul uma região de importância econômica no Brasil, estando entre as quatro maiores economias do país, possui força significativa na indústria e no comércio. Além de ser um dos importantes produtores de grãos do país, o estado possui também geração de *renda* no setor de serviços, representando no ano de 2018, uma participação de 6,5% no PIB nacional (IBGE, 2021).

Ainda assim, como os estados não possuem autonomia para elaborar suas próprias políticas monetárias, estes se tornam dependentes das decisões tomadas no âmbito federal, que acabam não sendo elaboradas com foco em uma região específica, mas sim com uma visão ampla que busca abranger todo o território nacional.

Mesmo que ainda exista muito a evoluir, levando em consideração que a taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2020 atingiu 10,3%, no Rio Grande do Sul (G1, 2021), é importante que o governo continue desenvolvendo políticas monetárias que incentivem o mercado de trabalho, para assim estimular o crescimento econômico, juntamente com integração do cenário nacional. Posto isso, percebe-se a importância da discussão entre as políticas monetárias e o mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Sul, sendo fundamental para melhorar o entendimento e proporcionar novas perspectivas sobre o tema.

1.4 Metodologia

O presente trabalho buscou examinar a relação entre políticas monetárias nacionais e os índices de emprego no Rio Grande do Sul. Para isso, levou-se em consideração as decisões tomadas pelos órgãos responsáveis, como também a análise de fatos históricos ocorridos no Brasil entre os anos de 2010 e 2019, tendo como base a pesquisa bibliográfica.

Acerca desta técnica de pesquisa, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) apontam que esta pode ser denominada como pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, e que pode abranger toda a escrita acerca de determinado assunto que já tenha sido publicada, sejam elas “publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.”.

Objetivando colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, a pesquisa bibliográfica oferece meios para apresentar não somente problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas onde as proposições não se concretizaram. Além do mais, vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica não é apenas uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas sim a possibilidade de analisar um tema sob novos enfoques ou abordagens, chegando a conclusões inovadoras (MARKONI; LAKATOS, 2003).

Para atingir os objetivos do trabalho, foram utilizados livros, revistas, artigos e outras publicações científicas. Dessa forma, a metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter descritivo, tendo em vista que além da bibliografia, foram utilizados dados públicos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), acerca do mercado de trabalho, durante os anos em que se propôs o estudo. Além destas fontes, também foi utilizada a base de informações sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), como meios de pagamentos, moeda em circulação e taxas de juros, coletadas junto ao Banco Central do Brasil.

Sobre esse modelo de pesquisa descritiva, aponta-se também o objetivo de analisar as características de determinada população ou fenômeno, de acordo com suas atribuições, como idade, descendência, níveis de escolaridade e renda, por exemplo. Dessa maneira, verifica-se que uma das características que está sempre presente nessa metodologia é a coleta de dados (GIL, 2008).

Gil (2008) informa que as pesquisas que buscam apontar ou descobrir associações entre variáveis também se tratam do tipo descritiva, e, assim, como o presente trabalho tem a proposição de analisar a relação entre as políticas monetárias e o mercado de trabalho, essa metodologia é adequada para com o objetivo geral proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresentado nesta seção discute as aplicações da política monetária como um instrumento de política econômica, buscando demonstrar suas características e principais funções, bem como descrever as visões monetarista e keynesiana, as quais possuem abordagens opostas entre si. Ainda, expõe um breve apanhado sobre os antecedentes da política monetária no Brasil, levantando acontecimentos econômicos relevantes ao período que antecede esta pesquisa.

2.1 A política monetária como instrumento de política econômica

Algumas das características que demonstram a inviabilidade para atingir bons índices de produção dos bens econômicos necessários e desejados pela sociedade, são a falta de conhecimento relacionado aos riscos do mercado, a escassez de recursos produtivos e as incertezas quanto à maximização de lucros. Esta falta de conhecimento pode fazer com que um bem econômico não seja produzido na demanda exigida e resultar na inexistência de determinadas atividades essenciais. Para evitar que isto aconteça, existem ações indispensáveis para o desenvolvimento do país, oferecidas através da intervenção do governo, por intermédio das políticas econômicas. Justificando assim, a alocação de recursos como incentivos e subsídios na economia, a fim de contribuir para que a sociedade alcance o devido bem estar (RIANI, 2011).

Posto isso, a política econômica se caracteriza por uma série de ações planejadas e realizadas pelo governo, com a finalidade de atingir determinada meta relacionada à situação econômica em que o país se encontra. Algumas das metas da política econômica são manter o índice de desemprego baixo, evitar a inflação e fazer com que a taxa de crescimento do PIB real se mantenha a longo prazo, de forma sustentável (PARKIN, 2003).

Ainda segundo o autor, estas metas são interligadas entre si, visto que um crescimento do PIB contribui de forma decisiva para a economia apresentar resultados favoráveis, mesmo havendo a imposição de limites. Estes limites podem estar relacionados a disponibilidade de recursos naturais, contextos ambientais e determinação por parte da população em poupar e investir em capital, ao invés de consumirem o valor total de suas rendas. Sendo assim, se torna notável o crescimento

do PIB e a diminuição no nível de desemprego, impedindo que problemas sociais apareçam, garantindo a estabilidade dos trabalhadores e de suas famílias (PARKIN, 2003).

Para isso, devem ser desenvolvidos programas econômicos, que possuem variadas vertentes, de acordo com o seu objetivo final, demonstrando os diversos ramos que a política econômica pode alcançar no intuito de atingir as metas.

Conforme Culpi (2019), toda política econômica adotada pelo governo pode ser classificada de acordo com o seu objetivo ou método, apresentando funções básicas, como alocativa, distributiva ou estabilizadora. Apesar desta classificação se tornar puramente exemplificativa, elas podem ser complementares ou se contrapor, porém sua análise didática é importante para a implementação dos instrumentos e recursos necessários para o atingimento do objetivo de cada meta.

A primeira se refere à alocação de recursos no mercado, tendo como objetivo principal a oferta de bens e serviços por parte do governo, necessários para a sociedade e que não sejam providos pelo sistema privado. Assim, o governo utilizando os recursos e instrumentos de políticas das quais dispõe, será capa de alocar recursos visando a complementação de bens não disponibilizados pelo setor privado, ou então, de acesso excludente. Referindo-se assim, aos bens públicos ou bens econômicos (RIANI, 2011).

Já sobre a função distributiva, pondera-se a distribuição de renda na sociedade, visando a diminuição da desigualdade social. Visto que em uma economia de livre mercado, fatores como oportunidade educacional, mobilidade social, mercado de trabalho e habilidades individuais levam à desigualdades na apropriação de renda e de riqueza geradas pelo sistema econômico. Assim, para que seja possível melhorar a distribuição de renda, o governo utiliza de instrumentos e consegue gerar a oportunidade de ascensão social. Um exemplo claro que se pode citar é o recolhimento de impostos, transferindo-se recursos das classes mais afluentes para as mais necessitadas (RIANI, 2011).

A função estabilizadora por sua vez, utiliza de instrumentos macroeconômicos para garantir o nível de distribuição de recursos e estabilizar o valor da moeda. Assim, esta função assegura a responsabilidade do governo em manter a estabilidade dos preços e o emprego elevado. Desse modo, quando a economia se encontra em um período de desemprego ou inflação elevada, a função estabilizadora atua no sentido

de tentar minimizar estes impasses, ajustando o setor de produtos às demandas e necessidades da sociedade (RIANI, 2011).

Contudo, os objetivos das políticas econômicas podem ser conflitantes entre si, sobretudo na área das políticas estabilizadoras. De modo geral, maior produção e emprego atuam em conjunto e associados à dificuldade do controle de preços e menor liquidez. Além disso, distribuição e crescimento também são considerados discordantes, uma vez que consumir no presente faz com que o acúmulo de capital no futuro seja menor. As diferentes classificações em relação a importância provisória do consumo são capazes de gerar estes conflitos decisórios (FILELLINI, 1989).

Portanto, para que seja possível atingir o propósito da estabilização, a política econômica propõe-se a colocar em prática as ações tomadas pelo governo, e também, quando necessário, avaliar se tais ações são de fato válidas para garantir o bem estar da população. É importante mencionar ainda, que os resultados obtidos dependem de uma análise global das políticas econômicas para que se tenha uma visão ampla. Pois as políticas econômicas de um governo estão interligadas com os interesses de vários e diferentes grupos da sociedade, bem como as demais políticas econômicas como, por exemplo, a fiscal, a cambial e a monetária, sendo consideradas as três principais políticas macroeconômicas (CULPI, 2019).

Neste contexto, a política monetária é uma importante ferramenta para a economia do país, com o uso dos seus três instrumentos básicos e podendo ser adotada de forma contracionista ou expansionista. Quando há a necessidade da geração de postos de emprego na economia, os órgãos responsáveis fazem uso da política expansionista, a fim de aumentar a renda. Por outro lado, quando se faz necessário reduzir a inflação, o governo adota uma política contracionista, com o objetivo de desacelerar a economia, diminuindo também a liquidez, fazendo com que o poder de compra por parte dos trabalhadores volte a apresentar elevações (CULPI, 2019).

Estes instrumentos são formulados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), considerado o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional, que como visto anteriormente, procura buscar a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. O CMN foi criado no ano de 1964, porém suas atividades começaram a ter início apenas em março de 1965, e seu secretariado executivo é executado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a quem compete organizar e dar assessoria as sessões deliberativas, entre outras funções administrativas. Dessa

forma, as atribuições da política monetária e as definições da sua estrutura operacional passam pelo CMN, se tornando essenciais para o equilíbrio da economia, a fim evitar alterações nos índices de inflação, como acontecia com frequência antes da sua criação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021a).

Entre os três instrumentos básicos estão o recolhimento compulsório, a taxa de redesconto e as operações de mercado aberto. Sendo estes, considerados métodos usados na operacionalização da política monetária, que afetam diretamente as variáveis operacionais, levando em consideração o alcance das metas desejadas.

No que diz respeito ao recolhimento compulsório, a taxa imposta aos bancos afeta a oferta monetária, determinando a parcela de depósitos que pode ser emprestada, afetando assim o multiplicador bancário. Quanto maior a obrigatoriedade de reservas, menor se torna a oferta de moeda, variando de forma inversa com a taxa de reservas compulsórias. Estas reservas compulsórias incidem não apenas sobre os depósitos a vista, mas também sobre as cadernetas de poupança e depósitos a prazo. Por exemplo com a execução do Plano Real, firmou-se a elevação das reservas compulsórias, levando em consideração a tentativa de conter a oferta de moeda e de crédito da economia, procurando controlar possíveis aumentos de demanda que pudessem ter impactos inflacionários significativos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

A taxa de redesconto por sua vez, refere-se às condições nas quais o Banco Central cede empréstimos de assistência à liquidez. Em outros termos, representa a taxa de juros cobrada pelo BACEN aos empréstimos realizados aos bancos comerciais. De modo geral, os bancos recorrem às negociações de redesconto quando existe a necessidade de liquidez em caixa, em função de demandas de resgates inesperados. Contudo, se a taxa cobrada for baixa, os bancos passam a ter estímulos a emprestar quantidades elevadas, mesmo existindo o risco de haver insuficiência de reservas, e necessitando recorrer aos empréstimos do Banco Central. Dessa forma, se a taxa de redesconto se elevar, a oferta monetária sofre redução, estimulando assim, a manutenção de reservas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Já as operações de mercado aberto, referem-se à regulação do Banco Central em relação ao grau de liquidez do sistema econômico, por meio de compra e venda de títulos no mercado. Quando o BACEN realiza as operações de mercado aberto

junto ao sistema bancário, a compra de títulos implica no aumento das reservas bancárias, enquanto a venda dos mesmos, leva a redução destas reservas.

Este instrumento pode ser considerado o de maior agilidade da política monetária, permitindo que o acompanhamento e a regulação da oferta da moeda sejam realizados diariamente. Se tornando assim, o principal instrumento de controle na política monetária (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Dentro da estrutura operacional da política monetária, podem ser destacados dois modelos de metas: as intermediárias e as operacionais. Permitindo visualizar com clareza seus funcionamentos, tanto nos objetivos finais da política, como na escolha das variáveis a serem favorecidas. De modo geral, utiliza-se o multiplicador monetário para comparar o impacto das alterações na base monetária sobre a oferta de moeda na economia, visto que, trata-se de um conceito com utilidade operacional. Contudo, se torna reduzido na forma como de fato opera na política monetária, já que se pressupõe estabilidade na demanda por moeda, mas nem sempre isto ocorre (CARVALHO *et al.*, 2000).

Carvalho *et al.* (2000), continuam com a explicação, apontando que a atuação da política monetária sobre a economia leva tempo para se completar, uma vez que o período entre o momento da decisão e a possibilidade do alcance dos objetivos não assegura o impacto afetivo das ações. Posto isso, o Banco Central estabelece metas intermediárias, servindo como direções para informar se a política está prestes a fazer efeito ou não. A ideia principal por trás do uso dessas metas é que é através delas que as autoridades monetárias procuram influenciar os objetivos finais da política, já que estes últimos não podem ser afetados diretamente pela política monetária.

Neste sentido, as metas intermediárias funcionam como indicadores de política monetária substanciando o impacto da política passada sobre a economia. Uma vez que, as taxas de juros de longo prazo fornecem ao Banco Central informações imediatas e contínuas, essenciais para que seja possível verificar se os instrumentos estão apresentando o impacto desejado. Já em relação aos agregados monetários, permitem comparar se o impacto global das ações da política está na direção de uma política contracionista ou expansionista (CARVALHO *et al.*, 2000).

Já no que se refere aos resultados diretos da operacionalização de um instrumento de política monetária, estão as metas operacionais, associadas às metas intermediárias e aos instrumentos básicos da política monetária. São classificadas entre determinação da taxa de juros básica de curto prazo e controle das reservas

agregadas. Porém é importante ressaltar que o Banco Central não controla de forma conjunta a taxa de juros básica e o nível de reservas bancárias. Pelo motivo de que se o objetivo for alcançar determinada taxa de juros, deixa-se de controlar o nível de reservas. Em contrapartida, se o Banco Central objetiva alcançar determinada meta monetária agregada, perde-se o controle sobre a taxa de juros (CARVALHO *et al.*, 2000).

No que se refere à natureza do processo inflacionário e à eficácia da política monetária, é relevante demonstrar as divergências entre keynesianos e monetaristas, contextualizando a evolução do pensamento econômico de Milton Friedman, influente economista do século XX e fundador da Escola Monetarista de Chicago, no qual se caracterizou pela defesa do liberalismo econômico e pela menor intervenção estatal na economia. Friedman desenvolveu sua teoria em um cenário contrário às suas proposições teóricas e de política econômica, visto que se fazia presente entre os anos de 1950 e 1970 a hegemonia do pensamento keynesiano (RIBEIRO, 2013).

Ainda segundo Ribeiro (2013), Friedman argumentava a fragilidade e a ineficácia de tais procedimentos ao afirmar que a inflação é de natureza monetária, e que o controle de salário e preços não remove a origem do processo inflacionário. Além disso, afirmava que a política monetária deveria ser utilizada como instrumento para controle da taxa de inflação, afirmando que o processo inflacionário é apenas o resultado de um relaxamento destas políticas monetárias, sustentando que os preços se elevam à medida que a quantidade de moeda em circulação se torna excessivo em relação ao volume de bens e serviços ofertados.

Considerando a aplicação de uma política monetária expansionista, não se consegue diminuir de forma contínua a taxa de desemprego, mas apenas reduzir momentaneamente, resultando em pressões inflacionárias crescentes. Opondo-se da proposta keynesiana, na qual o desemprego é involuntário, ou seja, mesmo que a satisfação decorrente dos salários seja inferior à insatisfação de continuar trabalhando, a população busca por emprego, mas não encontra. Diante disso, surgem outras controvérsias entre o monetarismo e o keynesianismo, visto que, para Friedman, o desemprego é de natureza voluntária (RIBEIRO, 2013).

A respeito dos processos inflacionários, os keynesianos expressavam pressões de custos sobre a curva de oferta agregada, fazendo com que as elevações no custo marginal fossem neutralizadas por elevações nos preços, para manter assim, o equilíbrio entre a receita marginal e o custo marginal. As propostas keynesianas

costumam sustentar-se em uma contradição na qual Keynes denomina a economia contemporânea de “economia monetária de empreendedores”, em que a moeda desempenha um papel de grande importância. A partir da análise de que a inflação é causada por custos, a estabilidade dos preços seria obtida por meio do controle dos salários, de tarifas e de preços, e não pela política monetária (RIBEIRO, 2013).

Dessa forma, o ponto central das divergências entre a tese de Friedman e a abordagem keynesiana, é a eficácia da política econômica em estimular o aumento da produção e do nível de emprego sem gerar inflação. Ainda, Friedman argumentava a existência de uma taxa natural de desemprego definida por características e traços institucionais do mercado de trabalho, tais como legislação e atuação de sindicatos. Essa taxa de desemprego traduz um nível de longo prazo de desocupação do fator trabalho, no qual está inserido o desemprego voluntário (RIBEIRO, 2013).

Contudo, tanto na visão monetarista e também na keynesiana, é possível identificar dúvidas quanto à eficácia das políticas monetárias, compartilhando da mesma crítica de que a moeda se caracterizaria como um elemento secundário (CARVALHO, 1994).

A economia monetária de Keynes descreve um cenário capitalista de livre mercado em que empresas e trabalhadores objetivam maximizar seus rendimentos e riquezas monetárias, no qual, a preferência por liquidez baseia-se no fato de que a moeda possui capacidade de proporcionar aos empregadores a adoção de estratégias certas em meio a um cenário incerto (SICSÚ, 1997).

Dessa forma, a não neutralidade da moeda indiferente das circunstâncias, é a principal característica de economia monetária que diferencia da hipótese da taxa natural de desemprego. Para uma dada quantidade de bens de investimento, o nível de emprego pode sofrer variações devido às reduções da demanda por bens proveniente de decisões de aumentar a retenção de moeda. Na abordagem pós-keynesiana de política monetária, a coordenação da utilização de instrumentos de intervenção macroeconômica se torna fundamental visto que, quanto mais organizados estiverem os instrumentos monetários entre si, juntamente com os instrumentos fiscais, mais eficiente se torna a política monetária (SICSÚ, 1997).

Segundo Sicsú (1997), os empregadores e trabalhadores conseguem compreender que a variação inesperada se dava em função de uma oferta monetária, aumentando a produção e fazendo com que aos poucos houvesse a capacidade de retomar a economia ao ponto correspondente à taxa natural de

desemprego. Dessa forma, para que uma política monetária se torne eficiente, é preciso que haja a preocupação no momento de sua aplicação, visando resultados positivos e facilitando a tomada de decisões privadas consistentes com o objetivo desejado. Por vezes os choques de política monetária são capazes de estimular o mercado de trabalho, reduzindo o desemprego e fazendo com que o número de vagas ociosas diminua (SOUZA, 2017).

De modo geral, existem variadas instruções e conceitos a serem seguidos para que a atuação da política monetária ocorra de forma justa, a fim de tornar o sistema monetário eficiente e capaz de trazer benefícios para a sociedade. As políticas e seus instrumentos adotados podem passar por alterações de acordo com o período analisado e a situação econômica em que o país se encontra.

2.2 Antecedentes da política monetária no Brasil

No Brasil, historicamente predominou uma abordagem estruturalista que deixava de lado o combate à inflação, empregando políticas monetárias expansionistas para estimular o crescimento econômico. A utilização da taxa de juros como instrumento econômico transforma a condução da política monetária em uma sucessão de medidas de curto prazo, tornando-as dependentes da conjuntura econômica e resultando na restrição do crescimento da economia ao longo prazo (SOUSA; FEIJÓ, 2012).

Para garantir uma taxa de crescimento de longo prazo elevada, a economia brasileira necessitava de fortalecimento na junção das políticas econômicas para potencializar o crescimento econômico. Com medidas de caráter estruturalista, se tornavam notáveis os apontamentos da discordância em associar a busca pela estabilidade de preços e crescimento, deixando de considerar a necessidade da aplicação das políticas monetárias (SOUSA; FEIJÓ, 2012).

Durante a década de 1980 se deu início a busca por novas soluções políticas devido à crise da dívida externa, fato que gerou dúvidas quanto a condução da política monetária e sua eficácia. A forma organizacional de diversas funções do Banco Central também passaram a ser questionadas. Surgindo a necessidade de encontrar soluções capazes de enfrentar os problemas vindos da crise de escassez cambial relacionada as altas taxas inflacionárias, fazendo com que o governo começasse a

buscar novos conhecimentos teóricos que ajudassem a compreender estes problemas e colocar em prática as estratégias adequadas (MORAIS, 2005).

Ao final do ano de 1974 a derrota eleitoral do partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), marcou o momento em que o governo deixou de agir com as tentativas de conter os níveis de demanda e optou pela continuidade do processo de desenvolvimento, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), como estratégia de financiamento e promovendo ajustes na estrutura de oferta de longo prazo, juntamente com a continuidade do crescimento econômico (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

A meta do II PND era conseguir manter o crescimento econômico com ênfase no crescimento industrial, mesmo com esta meta não chegando ao nível esperado, foi possível manter elevado o crescimento econômico. O Plano também significou alterações nas prioridades da industrialização brasileira, no qual a economia devia passar a crescer com base no setor de bens de capitais e insumos básicos, em vez de um crescimento baseado no setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda, como era o caso do período anterior, conhecido como Milagre Econômico (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Assim, diversos incentivos foram dados ao setor privado para que estimulasse o investimento no setor de bens de capital. Dentro destes incentivos, destacavam-se o crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as compras de equipamentos, isenção de impostos de importação e reservas de mercado para novos empreendimentos em conjunto com as prioridades da política indústria. Dessa forma, apresentou-se o crescimento esperado da indústria na sua totalidade, e também no setor de insumos e equipamentos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Na década de 1980 a situação brasileira se dava pelas intensas transformações no cenário internacional, como o segundo choque do petróleo e a reversão nas condições de financiamento internacional em um momento em que o endividamento externo brasileiro era considerado crescente. Além do agravamento da situação fiscal com reduções na carga tributária, o desequilíbrio externo fazendo com que a inflação salta-se para 77% a.a. com tendência aceleracionista e também pela mudança de governo podendo aprofundar a abertura política como reformas partidárias e maior liberdade sindical (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

A política econômica estabelecida para reverter a situação em que o país se encontrava tinha como objetivo o controle da inflação com crescimento econômico, adotando medidas como o controle sobre a taxa de juros, a expansão do crédito para a agricultura, a exclusão de alguns incentivos fiscais às exportações e a desvalorização do cruzeiro. Porém a adoção destas medidas gerou consequências no período de 1980, revelando a ineficácia das políticas adotadas principalmente devido a aceleração inflacionária, resultando no agravamento das contas externas e ampliando a dívida externa, fazendo com que as reservas sofressem perdas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

A condução da política econômica passou a eleger o combate inflacionário como meta principal, com a intervenção de planos econômicos que visavam a queda da inflação. Entre eles destacavam-se o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Collor I, Collor II e por fim o Plano Real. Em todos os períodos o principal ponto era o congelamento dos preços, mas com novas características a cada mudança de plano, na tentativa de resolver as falhas anteriores e aperfeiçoar as próximas estratégias. Este ciclo marcado pela passagem dos planos sofreu oscilações nas taxas de inflação e no produto real, dificultando a estabilização em função deste processo ocorrer em um período de democratização, gerando novas pressões políticas e sociais (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Mesmo com a política monetária no Brasil passando por incontestáveis irregularidades, no ano de 1995 consolidou-se uma fase relativa de estabilidade de preços com o Plano Real, o Banco Central, por anos, persistiu em manter a taxa básica de juros elevada, alcançando recordes mundiais em termos de juros reais. Após a implementação do Plano Real, e com a adoção do Regime de Metas de Inflação, em 1999, havia a expectativa de que, nas proporções em que a estabilização dos preços fosse consolidada, a taxa de juros passasse a reduzir, no entanto, não foi o que de fato aconteceu (MODENESI; MODENESI, 2012).

Com o início da década de 1990, apesar da intensificação dos processos de abertura ao exterior, incentivo à privatização de empresas estatais e a desregulamentação do mercado, persistia o desafio de estabilizar a economia brasileira. Assim, com esse objetivo, conforme Rego e Marques (2010), no ano de 1993, Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Economia do governo de Itamar Franco, implementou o Plano Real.

Este programa de estabilização econômica foi idealizado em três etapas, sendo a primeira o estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, tendo como objetivo eliminar a principal causa da inflação. Em seguida, a criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV) e, por último, a emissão da nova moeda nacional com poder aquisitivo estável. Além do mais, diferente dos planos econômicos que o precederam, o Plano Real não utilizou do congelamento de preços, evitando a apreensão representada pela utilização frequente de ações judiciais contra a quebra de contratos, como ocorrido nas experiências anteriores de estabilização (REGO; MARQUES, 2010).

Ainda segundo Modenesi e Modenesi (2012), mesmo com os juros elevados durante o Plano Real, ele se tornou um marco ao conter o ciclo de aproximadamente uma década de tentativas frustradas de combate à inflação, como nos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor. Resultando assim, em uma estratégia de estabilização de preços instituída em três fases: ajuste fiscal, desindexação substancial e âncora cambial.

Dessa forma, mantendo ativas as funções da moeda, o Brasil conseguiu conter a inflação e retomar a liberdade no uso da política monetária, tornando a implementação do Plano Real uma conquista para o cenário econômico. Porém o passar do anos fez com que surgissem limitações a respeito do desfecho desta conquista, delimitada a estabilidade dos preços. Deixando de lado assim, pontos relevantes para o real crescimento da economia, evidenciando os baixos índices de investimento e de desenvolvimento no mercado de crédito, e revelando que a crença advinda desde a década de 1980 de que o fim da inflação colocaria o país em direção ao crescimento não se concretizou, deixando para os próximos governos o desafio do desenvolvimento (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Contudo, logo nos primeiros meses do ano de 1995 com as incertezas de que a inflação voltasse a se elevar com o aquecimento da economia, as autoridades reagiram com um conjunto de medidas, incluindo a elevação da taxa de juros, fazendo com que os investimentos retornassem ao país atraídos pela rentabilidade elevada das aplicações (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Porém, ainda se faziam presentes algumas dificuldades associadas às alternativas do controle monetário, estabelecendo com que a ideia sobre metas inflacionárias ganhasse ênfase. Partindo deste ponto, o Regime de Metas de Inflação, foi uma estratégia de condução da política monetária, baseada na determinação do

nível de inflação e não na priorização do crescimento econômico. Por outro lado, foi possível perceber certa contribuição no que se refere a confiança por parte da população, visto que o governo encontrava-se comprometido com a estabilização, tentando impedir que o choque cambial se transformasse novamente em pressões inflacionárias (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Apesar das tentativas de executar uma política econômica comprometida com a estabilidade dos preços, o mandato de Fernando Henrique Cardoso se encerrou com a inflação em estágio de aceleração. Foi neste cenário de instabilidade econômica que ocorreu a transição do Governo FHC para o Governo Lula. Entretanto, esta mudança de governo também gerava inseguranças relacionadas a postura do novo partido que estava assumindo. Tanto pelo seu histórico de críticas ao regime de metas de inflação, quanto ao questionamento do papel das agências reguladoras. Assim, gerando dúvidas em relação ao compromisso do novo governo, colaborando para a “crise eleitoral” e a instabilidade de 2002 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011).

Posto isso, logo no início do mandato, o Partido dos Trabalhadores (PT) precisou voltar a conquistar sua credibilidade, e com medidas de preservação e escolhas certas da equipe econômica, isto foi se tornando possível. O desempenho da economia brasileira além de ser influenciado pela evolução da economia internacional, contou com a continuidade do regime de metas de inflação, e com decisões mensais acerca da taxa básica de juros em função da tentativa de atingir a meta proposta, reduzir o índice de inflação, intensificando a demanda por emprego (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

3 A POLÍTICA MONETÁRIA E O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2010 E 2019

O termo mercado de trabalho ainda é motivo de discussões, tanto no âmbito social quanto no econômico, e continuamente textos buscam compreendê-lo e também explicar as transformações geradas nos últimos anos decorrentes do desenvolvimento tecnológico e das alterações nos padrões econômicos. Oliveira e Piccinini (2011), afirmam que o conceito estudado pode apresentar diferentes formas de interpretação conforme a vertente teórica utilizada. Entretanto, concluem haver uma compreensão predominante sobre o termo, no qual o conjunto de demanda e oferta de emprego se confrontam e as quantidades oferecidas e demandadas possuem capacidade de se ajustar em função dos salários adotados.

Dessa forma, Poffo e Koehler (2018), apontam que mercado de trabalho significa a oferta e a procura por emprego em determinada região, integrando um complexo sistema no qual ocorrem variações e é responsável por influenciar a economia em que está inserido. De modo geral, os trabalhadores vendem seus conhecimentos e mão de obra em troca de retribuições que servirão de moeda de troca para outras necessidades.

No Brasil o mercado de trabalho começou a surgir de forma efetiva após a década de 1930, de acordo com os fatos históricos, antecedendo este período não existia uma regulação nacional, e a economia se caracterizava por ser primária exportadora, predominando a ocupação rural e não existiam negociações coletivas de trabalho (ANTONIAZZI; RAIHER, 2020). Passados alguns anos, a elevação no mercado de trabalho urbano entre 1940 e 1960 se deu através da migração da população nordestina no processo de industrialização principalmente na região sudeste, resultando na geração de mais de 5,1 milhões de empregos. Já os anos de 1980 ficaram marcados por um processo de modernização decorrente do surgimento das novas tecnologias, se tornando necessário capacitar a força de trabalho (GOMES *et al.*, 2020).

Este capítulo apresenta uma análise buscando examinar a relação entre as decisões da política monetária nacional e a influência sobre o nível de emprego no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2010 e 2019. Na primeira seção são identificados os instrumentos de política monetária utilizados por cada governo em seus respectivos mandatos e os resultados obtidos através deles. Na segunda seção

são apresentados os dados setoriais do mercado de trabalho gaúcho e os impactos causados através das decisões da política monetária.

3.1 Instrumentos de política monetária utilizados no período de 2010 à 2019

Na década de 1990 o Brasil foi marcado por uma recessão econômica em que as empresas passaram a reduzir os postos de trabalho, resultando em uma desestruturação no mercado e elevando o índice de desemprego. Parte da População Economicamente Ativa (PEA) afetada por esta situação passou a ocupar espaço em postos de trabalhos informais, uma vez que juntamente com a elevação do desemprego, se deixou de lado o projeto de industrialização do país (ALVES *et al.*, 2021).

Segundo Gomes *et al.* (2020) e Alves *et al.* (2021) devido as mudanças tecnológicas, as crises econômicas e os altos índices de desemprego, o governo percebeu a necessidade de formular políticas públicas capazes de colaborar com o cenário econômico. Assim, tornando-se necessário compreender as mudanças no padrão de desenvolvimento, rendimento, e também novas formas de contratos trabalhistas, visto que sem observar estes pontos, aumentaria as chances de ocorrer divergências entre a análise dos dados e do cenário econômico (GOMES *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a situação do mercado de trabalho é capaz de revelar características sobre a economia de todo o país, ou então estados e municípios, visto que dependendo do nível de empregos oferecidos e também da taxa de desemprego, é possível compreender se a economia está em um período de retração ou de desenvolvimento (POFFO; KOEHLER, 2018).

Além da formalização do mercado de trabalho, outro processo de mudanças responsável por marcar uma reversão histórica, em comparação com a realidade que caracterizava o mercado de trabalho dos 25 anos que precederam o crescimento que se inicia em 2004, foi a redução da desigualdade da renda do trabalho, a qual se verifica através da distribuição da renda entre os indivíduos. Tal fato ocorreu conjuntamente a um aumento médio anual dos rendimentos do trabalho de cerca de 4,5% entre 2004 e 2013 (MATTOS, 2015).

Essa redução das desigualdades de rendimentos desencadeou um amplo debate sobre as suas causas, havendo a concordância que tanto o mercado de trabalho quanto as políticas sociais tiveram um papel importante nos resultados

apresentados. Calixtre, Biancarelli e Cintra (2014) avaliam que o mercado de trabalho contribuiu com 71% do crescimento da renda entre 1992 e 2012 e foi responsável por 47% da redução da desigualdade. Além disso, apontam que a seguridade social contribuiu com 23% do crescimento da renda no mesmo período e com 15% da redução da desigualdade.

Outro ponto que se destaca é o de que entre 2002 e 2013 aumentou expressivamente o número de empregos com remuneração abaixo de dois salários mínimos, seguido por um pequeno crescimento dos empregos com remuneração entre dois e cinco salários mínimos, e uma relativa estagnação do número de ocupações com rendimentos de cinco salários mínimos ou mais (CALIXTRE; BIANCARELLI; CINTRA, 2014).

Os autores verificam que neste mesmo período foram criados aproximadamente 14 milhões de empregos formais e que cerca de 97% deles haviam remuneração até cinco salários mínimos, e mais de três quartos até dois salários mínimos. Assim, em 2013, cerca de 55% das ocupações formais tinham rendimentos equivalente a até dois salários mínimos daquele ano, e cerca de 86% até cinco salários mínimos. Em 2002, essas proporções eram iguais a, respectivamente, 39% e 78%, levando em conta o salário mínimo daquele ano (CALIXTRE; BIANCARELLI; CINTRA, 2014).

Como forma de explicar os melhores resultados em termos de geração de postos de trabalho, redução do desemprego, combate à pobreza e redução da desigualdade de renda do trabalho nos anos de 2011 a 2015, pondera-se fatores como a ampliação dos gastos públicos, o destaque dos bancos públicos a expansão do crédito, bem como os efeitos dos aumentos do salário mínimo real, em comparação com os anos de 1990 (MATTOS, 2015).

Aponta-se também que o forte desempenho na geração de postos de trabalho concentrou-se em empregos de baixos rendimentos, demonstrando a dificuldade da atividade econômica em gerar ganhos sustentáveis da produtividade e em conseguir promover a expansão através das atividades industriais. Exposto isso, um dos principais desafios enfrentados pelos formuladores da política econômica brasileira e, por consequência, para o mercado de trabalho, é recuperar a capacidade de crescimento da indústria, setor de atividade responsável pela difusão de ganhos da produtividade para toda a atividade econômica (MATTOS, 2015).

Portanto, Antoniazzi e Raiher (2020) afirmam que toda melhora do mercado de trabalho é associada ao ritmo da reação da atividade econômica. Dado que o

crescimento econômico é o principal impulsionador do mercado de trabalho, e na medida em que a produção de bens e serviços é intensificada o nível de emprego e de salários apresenta elevação. No entanto, quando a economia cresce de forma lenta, gera um menor número de vagas de emprego, possibilitando o aumento da informalidade e favorecendo a entrada daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho.

Na sequência são analisadas as políticas monetárias adotadas no país no período de 2010 a 2019, bem como as decisões econômicas voltadas para este segmento durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, Michel Miguel Elias Temer Lulia e Jair Messias Bolsonaro. Buscando também evidenciar suas características e os desfechos resultantes das decisões monetárias em relação aos seus instrumentos e determinantes.

No ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisado neste trabalho, foi possível observar que a política monetária teve por objetivo manter a estabilidade econômica, a fim de promover o crescimento da economia brasileira, conseguindo apresentar desempenho notável, visto que as metas de inflação foram alcançadas na quase totalidade do seu governo. Ao mesmo tempo em que as taxas de juros foram elevadas para controlar a inflação, houve a expansão do crédito bancário e o aumento do consumo, surgindo a existência do questionamento sobre a variação da taxa de juros como um indicador eficaz de política monetária (SILVA, 2017).

No último período do seu governo, dentro do sistema de controle de inflação, houve espaço para uma política monetária expansionista, mantendo-a dentro da meta estabelecida, e prosseguindo com a política de redução gradual das taxas de juros e de desemprego da época (RIBEIRO, 2017). Ademais, os efeitos da retomada do crescimento econômico foram notados no mercado de trabalho, visto que em outubro de 2010 a taxa de desemprego ficou em 6,1%, menor patamar já registrado anteriormente (CURADO, 2011).

Conforme aponta Silva (2017), devido aos benefícios das condições favoráveis do cenário externo, foi possível notar o desempenho e o crescimento da economia brasileira, expandindo o produto e o emprego. Assim, como resultado das medidas econômicas aplicadas por Lula, houve o combate à pobreza e redução da desigualdade no mercado interno, fazendo com seu mandato se encerrasse com uma taxa de aprovação sem precedentes de mais de 80%. Contribuindo para a próxima

presidência do Partido dos Trabalhadores, tomando posse no ano de 2011 a primeira presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff (BARBOSA-FILHO, 2020).

O governo Dilma iniciou-se após um ano de rápido crescimento econômico, coincidindo com o pico dos termos de troca, nos quais são definidas as relações entre os preços das exportações do país com suas importações, que começaram a cair devido à desaceleração do crescimento dos Estados Unidos, Europa e China, perdurando pelos anos de 2013 e 2014, quando se constatou a guerra dos preços entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (BARBOSA-FILHO, 2020).

Após as medidas expansionistas advindas do governo Lula, era esperado que ajustes seriam necessários para evitar aumentos na inflação nos anos seguintes. Dessa forma, o início do governo Dilma ficou caracterizado por uma estratégia gradualista no aumento da taxa de juros, tentando reduzir a inflação sem gerar impactos sobre o crescimento, visto que esta encontrava-se próxima ao teto da meta. Assim, no ano de 2011 o Banco Central do Brasil agiu de forma flexível, aumentando a Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) gradualmente (BARBOSA-FILHO, 2020; SILVA, 2017).

Observados os efeitos dessas medidas de que melhor resultaram sobre o crescimento do que sobre a inflação, o governo passou a reduzir a taxa de juros de forma sistemática. Porém a inflação não permitiu a queda da taxa de juros por um período longo. No final de 2014, com o crescimento da economia estagnado, o governo voltou à política gradualista de aumento dos juros, retomando a política monetária do governo anterior com taxas de juros elevadas com expansão do crédito bancário (SILVA, 2017).

Entre as medidas aplicadas pelo governo Dilma estão o aumento do montante de depósitos compulsórios dos bancos comerciais, que havia sido reduzido durante a crise 2008-2009. O aumento do capital mínimo para empréstimos ao consumidor de prazos longos e baixo valor de pagamento de entrada, como o financiamento de automóveis. E a elevação no percentual mínimo para pagamento de saldos de cartões de crédito, como também o aumento dos impostos sobre operações financeira para o crédito ao consumidor em geral (PRATES; CUNHA, 2014).

Estas medidas tiveram maiores impactos sobre o PIB do que sobre a inflação, dado que ao fazer o uso de medidas macroprudenciais ao invés de aumentos na taxa de juros, eliminou-se o mecanismo de controle inflacionário, já que este opera através

da apreciação cambial provocada pelo diferencial de juros interno e externo (PRATES; CUNHA, 2014).

Além do mais, o consumo foi afetado de forma significativa, aumentando a taxa de inadimplências. Nesse sentido, ao perceber o efeito negativo das medidas macroprudenciais e a mudança do cenário externo, o Banco Central passou a reduzir de forma rápida a taxa de juros, iniciando um novo ciclo de queda da taxa de juros em setembro de 2011. Em decorrência disso emergiram receios no mercado financeiro, fazendo com que política monetária perdesse credibilidade no seu governo, caracterizando esta como uma mudança repentina no cenário econômico, visto que o Banco Central não havia dado sinais de que isto aconteceria (BARBOSA-FILHO, 2020; SILVA, 2017).

No governo Dilma foi possível observar o uso de duas políticas distintas, visto que após um período reduzindo a taxa de juros, o governo voltou a praticar uma política de aumento dos juros gradualista, e também políticas macroprudenciais de aumento do crédito.

Com a transição presidencial no ano de 2016, as medidas adotadas no governo de Michel Temer, de acordo com Barbosa Filho (2020), tinham por objetivo retomar o crescimento econômico, reduzindo a inflação e estabilizando as finanças públicas. Nesse sentido, a política monetária tornou-se mais conservadora até o primeiro semestre de 2017 (PRATES; FRITZ; DE PAULA, 2019).

Dessa forma, logo no início do governo Temer notou-se melhora no cenário macroeconômico, como também sinais da possível retomada gradual da atividade econômica, comprovados pelo avanço dos indicadores econômicos e pelo aumento dos dados da produção industrial e do investimento. Sendo assim, a queda da inflação se procedeu em ritmo lento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c).

Porém após alguns meses notou-se que o nível de atividade operava abaixo do esperado para o final do ano de 2016, afirmando a concepção de que a recuperação da economia se tornaria mais demorada e gradual do que se esperava previamente. Visto que passou-se a operar com um alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletindo nos índices de utilização da capacidade da indústria, e por consequência na taxa de desemprego (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c).

Na tentativa de reverter o cenário econômico dos últimos meses de 2016, ao iniciar-se o segundo ano do governo de Michel Temer, enfatizou-se a fase de corte na taxa básica de juros em 2017, medida esta que apresentou êxito ao determinar o nível

da inflação compatível com a meta estabelecida de 4,5%. Nesse sentido, foram evidenciadas pequenas e graduais melhorias em relação a retomada do crescimento econômico, tal como o avanço no índice de emprego. Posto isto, à medida em que a recuperação prospera, é possível perceber um aumento do consumo, impulsionando também a retomada dos investimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c; PRATES; FRITZ; DE PAULA, 2019).

Assim, durante o governo de Temer, até o seu encerramento, as medidas de política monetária eram adotadas conforme a necessidade de ajustes na manutenção da taxa de juros, fazendo com que a inflação fosse estimulada até se aproximar do que era estabelecido pela meta da época. Além do mais, era enfatizado pelos órgãos responsáveis que a aceleração do ritmo da atividade econômica dependia da diminuição das incertezas em relação às implementações de novas reformas de natureza fiscal. Saliendo ainda a importância de iniciativas que visavam o aumento da produtividade e do desenvolvimento na economia brasileira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c).

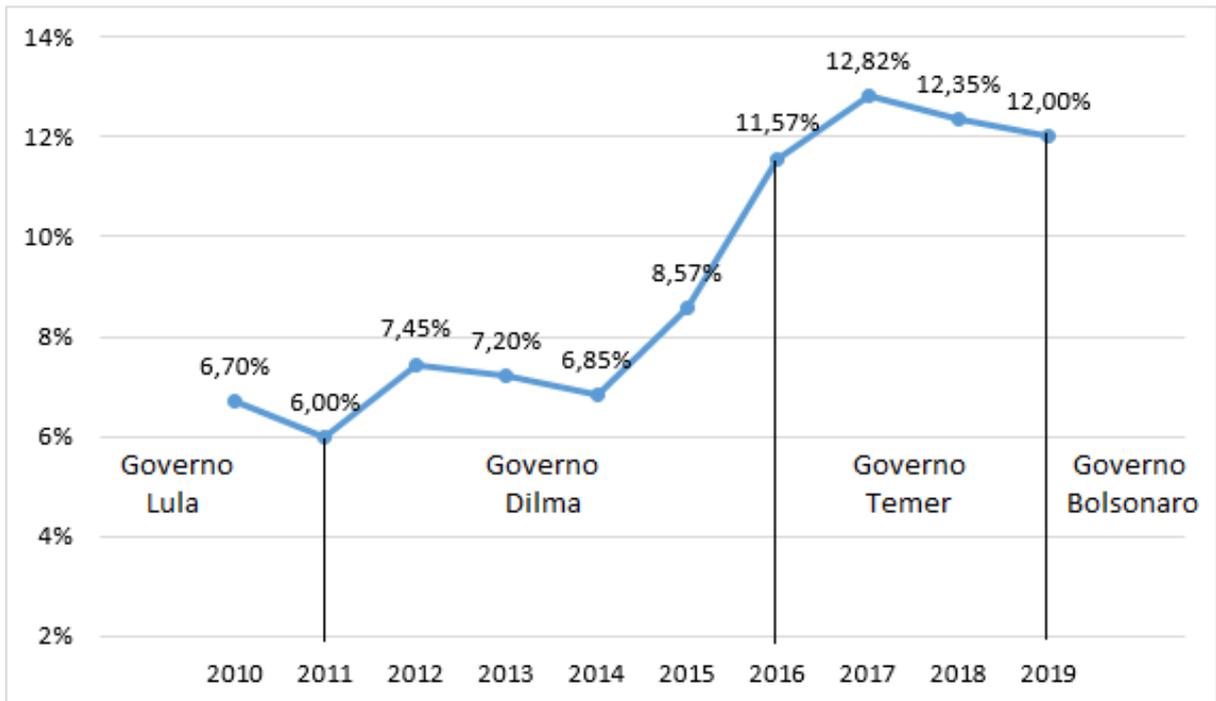
Na sequência, com a posse de Jair Messias Bolsonaro em 2019, houve a continuidade na manutenção da Taxa Selic. Visto que o Copom considerava necessário ter cautela e discrição nas decisões de política monetária, inclusive diante de cenários instáveis, dado que o objetivo principal era manter a trajetória da inflação em direção à meta (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c).

Após o primeiro semestre notou-se que os indicadores da atividade econômica apresentavam-se abaixo do esperado no processo de recuperação, fazendo com a economia voltasse a operar com altos níveis de ociosidade dos fatores de produção e refletindo assim, no nível de desemprego. Dessa forma, ficou definido que se fazia necessário voltar a estimular o investimento, reduzindo a taxa de juros no último mês de 2019 para 4,50% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021c; BARBOSA-FILHO, 2020).

Porém mesmo com o cenário econômico necessitando de expansão monetária, isto não aconteceu até o final do segundo semestre do ano. No governo Bolsonaro, da mesma forma do governo Temer, foram adotadas medidas que culminaram na redução da inflação e das taxas de juros, até uma baixa recorde no ano de 2019 (BARBOSA-FILHO, 2020).

O Gráfico 1 apresenta a evolução da Taxa de Desocupação no Brasil a partir do último ano do governo Lula até o primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, percorrendo pelos governos Dilma e Temer.

Gráfico 1 – Elevação da Taxa de Desocupação* no Brasil entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), IPEA (2021)

Nota 1: *Taxa de Desocupação: Nomenclatura adotada pelo IBGE, correspondente ao que se estipulou chamar de taxa de desemprego (CORSEUIL; RAMOS, 2015).

Através das políticas monetárias adotadas em cada período de estudo, com início no ano de 2010, foi possível observar que o objetivo se concentrava em manter a estabilidade econômica, a fim de promover o crescimento da economia. O que de fato aconteceu, visto que o controle da inflação foi alcançado, juntamente com a expansão do crédito e do consumo, resultando na redução gradual das taxas de juros e desemprego da época, encerrando o primeiro ano de estudo deste trabalho com a taxa de desemprego em 6,7% (Gráfico 1).

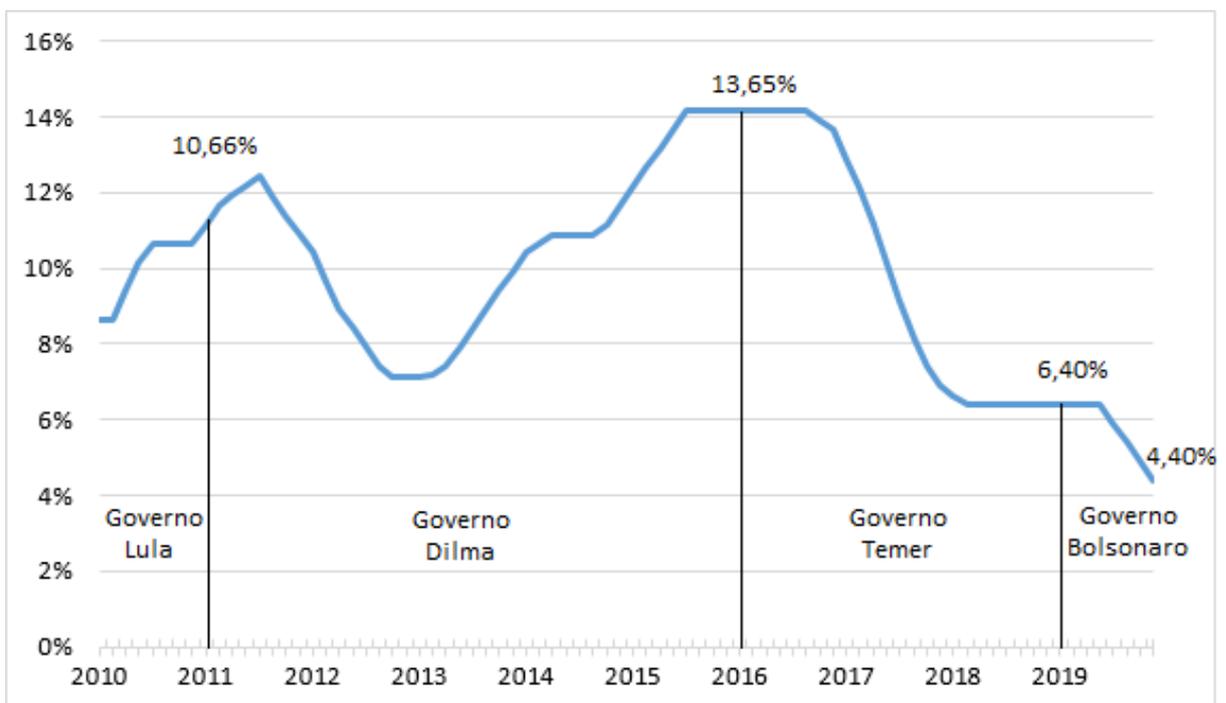
Por consequência, o governo Dilma iniciou-se após um ano de rápido crescimento econômico, apresentando em pouco tempo uma queda ainda maior na taxa de desemprego no Brasil, passando para 6,0% no ano de 2011 (Gráfico 1). Nesse sentido, conforme já apresentado por Silva (2017) e Barbosa-Filho (2020), os anos

iniciais se caracterizaram por uma estratégia gradualista no aumento da taxa de juros, a fim de reduzir a inflação sem gerar impactos sobre o crescimento.

Já o ano de 2016, com a transição presidencial e com as medidas adotadas pelo governo Temer, ficou marcado pela maior alta registrada na taxa de desocupação no país, apresentando uma elevação de três pontos percentuais comparado ao ano anterior, conforme demonstrado no Gráfico 1. Dessa forma, o nível de atividade operava abaixo do esperado, elevando o nível de ociosidade dos fatores de produção e assim, refletindo no aumento do desemprego.

Por fim, como pode ser observado, o ano de 2019 pertencente ao governo de Jair Messias Bolsonaro, continuou com a taxa de desocupação elevada, considerando os baixos níveis de produção, da mesma forma que aconteceu nos anos anteriores administrados por Temer. Assim, como pode-se verificar, o desemprego apresentou em pouco mais de dois anos, uma transformação decisiva na economia.

Gráfico 2 – Alteração da Taxa Selic no Brasil entre 2010 e 2019



Fonte: Dados do Banco Central do Brasil (2021b)

O Gráfico 2 demonstra a variação da Taxa Selic no Brasil entre os anos de 2010 e 2019, destacando a taxa final no período de cada governo, sendo possível observar as consequências advindas das decisões das políticas monetárias durante cada

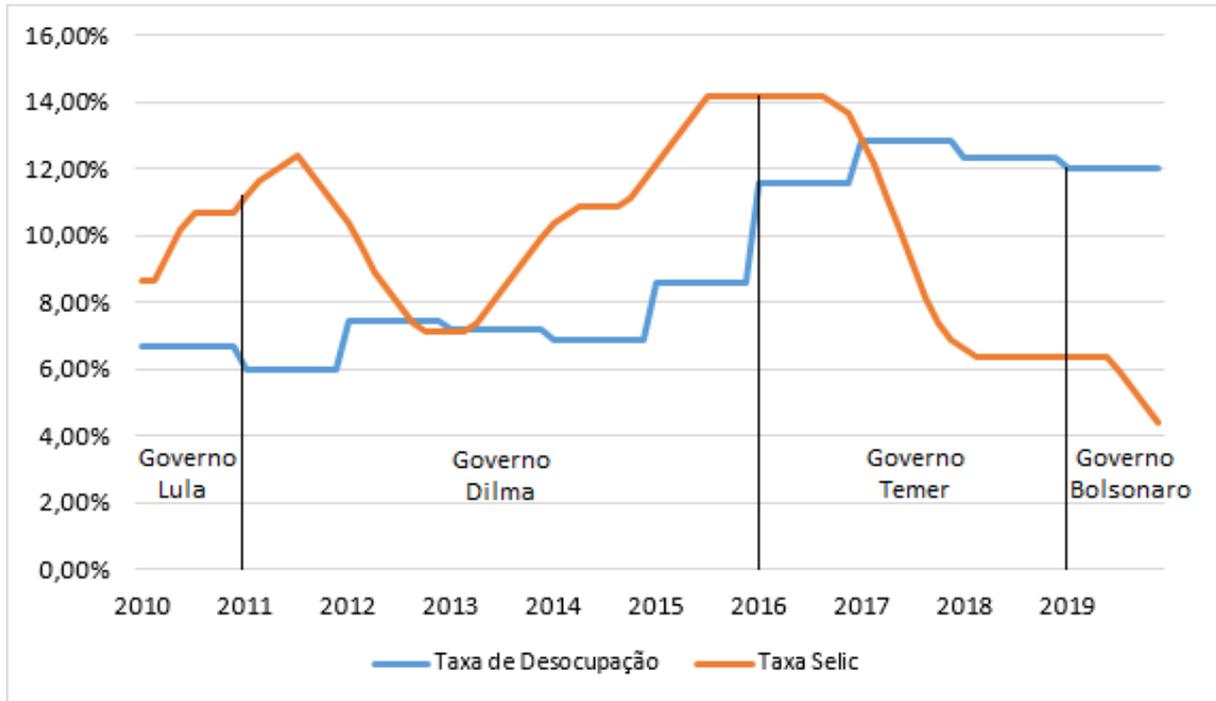
governo de estudo do presente trabalho. No último ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito de manter a estabilidade econômica e controlar a inflação, percebe-se que a Taxa Selic apresentou elevação até o início do ano seguinte.

Durante 2011, primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff, se deu continuidade nas estratégias gradualistas de elevação da taxa de juros, conforme demonstrado no Gráfico 2. Porém passado este período de elevação, foi necessário começar a reduzir a Taxa Selic, visto os seus impactos negativos no crescimento econômico. Contudo, com os índices da inflação da época não foi possível reduzir por um período longo, e no ano de 2014 o governo optou por voltar à política gradualista de aumento dos juros, conforme já destacado por Silva (2017).

Em contra partida, de acordo com o Gráfico 2 é possível observar que o governo de Michel Temer ficou marcado pelos cortes na taxa básica de juros, apresentando êxito ao determinar o nível da inflação compatível com a meta estabelecida. Desse modo, havia a manutenção da taxa conforme necessário para atingir o objetivo de aumentar a produtividade e o desenvolvimento econômico.

No governo seguinte, durante a administração de Jair Messias Bolsonaro, houve a continuidade na manutenção da Taxa Selic. Contudo, após o primeiro semestre foi possível observar que os indicadores da atividade econômica apresentavam-se abaixo do esperado, ficando definida a necessidade de voltar a estimular o investimento, reduzindo a taxa de juros no último mês de 2019 (Gráfico 2).

Gráfico 3 – Relação entre a Taxa de Desocupação e a Taxa Selic no Brasil entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), IPEA (2021) e Banco Central do Brasil (2021b)

Após analisar separadamente os Gráficos 1 e 2, se torna possível verificar a relação entre as duas taxas de forma simultânea no Gráfico 3. No anos iniciais de estudo deste trabalho, governados pelo presidente Lula, nota-se uma divergência na qual a Taxa de Desocupação apresenta queda em 2011, enquanto a Taxa Selic aumentava consideravelmente. A mesma condição volta a ocorrer no ano de 2012 durante o governo Dilma, apresentando um contrassenso no que se refere a queda da Taxa Selic e elevação na Taxa de desocupação.

Já ao final do governo Dilma pode ser percebida a associação entre as duas taxas, em oposição ao acontecido no ano anterior, visto que ambas apresentaram um crescimento de forma conjunta (Gráfico 3). Dessa forma, este período destaca-se como o único em que se faz a associação entre a expansão da Taxa Selic e o aumento na Taxa de Desocupação, evidenciando a convergência teórica anteriormente mencionada por Silva (2017).

No que diz respeito ao final do período governado por Michel Temer, nos anos de 2017 e 2018 volta-se a perceber a divergência entre a direção seguida de cada

uma das taxas, visto que enquanto a Taxa Selic deslocava-se para baixo de forma abrupta, a Taxa de Desocupação pouco apresentava alterações (Gráfico 3). Esta mesma constatação é mantida no decorrer do ano de 2019, governado pelo presidente Jair Bolsonaro, dada que a manutenção da Taxa Selic persistiu durante este período, conforme citado por Barbosa-Filho (2020) em consequência das medidas adotadas que culminaram na redução da mesma até uma baixa recorde no ano de 2019.

Posto isto, constata-se que não há a obrigatoriedade das referidas taxas evoluírem simultaneamente, dado que cada uma delas pode sofrer alterações devido as decisões das políticas monetárias da época ou consideráveis defasagens de tempo entre a adoção da política e seus efeitos.

3.2 Evolução das taxas de emprego e desemprego no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

Nesta seção serão analisadas as taxas de emprego e desemprego no Rio Grande do Sul entre os anos de 2010 e 2019, bem como os impactos das decisões monetárias no mercado de trabalho durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, Michel Miguel Elias Temer Lulia e Jair Messias Bolsonaro.

No Rio Grande do Sul a concentração do emprego formal está relacionada com a estrutura produtiva do estado, alocada em quatro Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), sendo eles: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Sul, totalizando juntos mais de 60% do emprego formal do estado. Além disso, pode-se apontar a distribuição do emprego na economia pelos setores em que há maior concentração de trabalhadores. Deste modo, o emprego formal no Rio Grande do Sul pode ser separado nos setores de serviço, indústria e agropecuária (STEIN; SULZBACH; BARTELS, 2015).

Dentre os três setores, o de serviços é o que possui maior destaque na economia gaúcha, visto que a sua viabilidade econômica está relacionada com a aglomeração de agentes econômicos, consumidores e produtores, uma vez que a prestação de serviços é utilizada de diversas formas, como intermediação financeira, comércio, transporte, limpeza, serviços públicos e de informação. Em segundo lugar, o setor industrial, que se concentra nas três maiores regiões do estado, e após pelo setor

agropecuário, no qual a distribuição do emprego formal se dá em conjunto com as demais regiões do estado (STEIN; SULZBACH; BARTELS, 2015).

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Rio Grande do Sul em 2018, era o quinto estado em número de estabelecimentos e em número de empregados no setor de serviços, com 239.274 estabelecimentos e 2.197.287 empregados. Dessa forma, os serviços eram responsáveis em 2018 por aproximadamente 81% do total de estabelecimentos e 76% do total de empregados (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

O setor de serviços no estado está distribuído majoritariamente nos maiores e mais dinâmicos centros urbanos estando intimamente relacionado ao processo histórico de ocupação territorial, com a formação cultural e com o nível de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, favorecendo o surgimento de segmentos especializados e complementares para suprir as necessidades crescentes das novas relações de trabalho e de produção (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Já o setor industrial apresenta uma consolidada distribuição pelas regiões do estado. Pode-se afirmar que os arranjos industriais se caracterizam por apresentar uma satisfatória articulação interna, como nos segmentos de construção civil, moveleiro, metal-mecânico e coureiro-calçadista na região da Serra e Vale dos Sinos; fumageiro na região de Santa Cruz do Sul, além do segmento petroquímico na Região Metropolitana de Porto Alegre (STEIN; SULZBACH; BARTELS, 2015).

Dessa forma, a indústria de transformação no Rio Grande do Sul apresenta elevada diversificação e se desenvolve a partir de atividades ligadas às agroindústrias e outros segmentos originados do setor primário. De acordo com os dados levantados pela RAIS, em 2018 com referência ao número de estabelecimentos, o estado ocupava a terceira posição no parque nacional, depois de São Paulo e Minas Gerais, e a quarta quanto ao número de postos de trabalho, depois de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

No que se refere a agricultura, o Brasil possui diversas características e dentre essa diversidade a agricultura familiar se destaca com importância social e também econômica, abrangendo um percentual significativo da população no campo e contribuindo para a geração de emprego e renda. Além de ser responsável pela produção de parte dos alimentos para a população e pela geração de divisas no que se refere ao mercado internacional. Porém, a agricultura familiar é heterogênea, já

que apresenta dentro de um mesmo estado, como o caso do Rio Grande do Sul uma diversidade de produtividade no setor (BREITENBACH, 2018).

Nesse sentido, a Lei nº 11.326/2006 traz em seu artigo 3º o conceito de agricultura familiar, definindo-a como a atividade econômica realizada pela agricultura e empreendimentos familiares rurais, precisando atender conjuntamente aos critérios definidos neste mesmo artigo, quais sejam, de que a mão de obra utilizada seja predominantemente da própria família, bem como a renda familiar deve ser originada da atividade econômica ali realizada e, por último, o estabelecimento/empreendimento deve ser gerido pelo grupo familiar.

Verifica-se que no Rio Grande do Sul o setor agrícola é composto, majoritariamente, pela agricultura familiar. Segundo dados levantados pelo IBGE através do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que dos 365.094 estabelecimentos agropecuários ativos naquele ano, 293.892 eram classificados como familiares e 71.202 como não familiares, correspondendo a 80,49% e 19,51%, respectivamente (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Contudo, em termos de ocupação de território e geração de valor, os estabelecimentos familiares ocupavam cerca de 5.476.463 hectares, enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários não familiares era de 16.208.095 hectares. Também verifica-se essa contrariedade no valor da produção da agricultura, visto que em 2017 a agroindústria familiar gerou aproximadamente 20 bilhões de reais, e a agricultura não familiar cerca de 34 bilhões. Posto isso, é possível afirmar que os estabelecimentos de agricultura familiar estão presentes em todas as regiões do estado, embora verifica-se maior concentração no norte e centro-leste, enquanto os estabelecimentos de agricultura não familiar encontram-se em maior número no sul e sudoeste (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

O fato de que nas últimas décadas a ocupação desigual do território gaúcho passou a apresentar agravamentos na evolução do padrão global de produção e do consumo, faz com que atualmente este assunto seja motivo de discussão entre as autoridades. Ações do estado, por meio de planejamento são capazes de evitar decorrências indesejadas e contribuir para uma maior racionalidade da ocupação do território, favorecendo pontos essenciais ao desenvolvimento econômico e à melhoria da qualidade de vida das pessoas (CARGNIN, 2019).

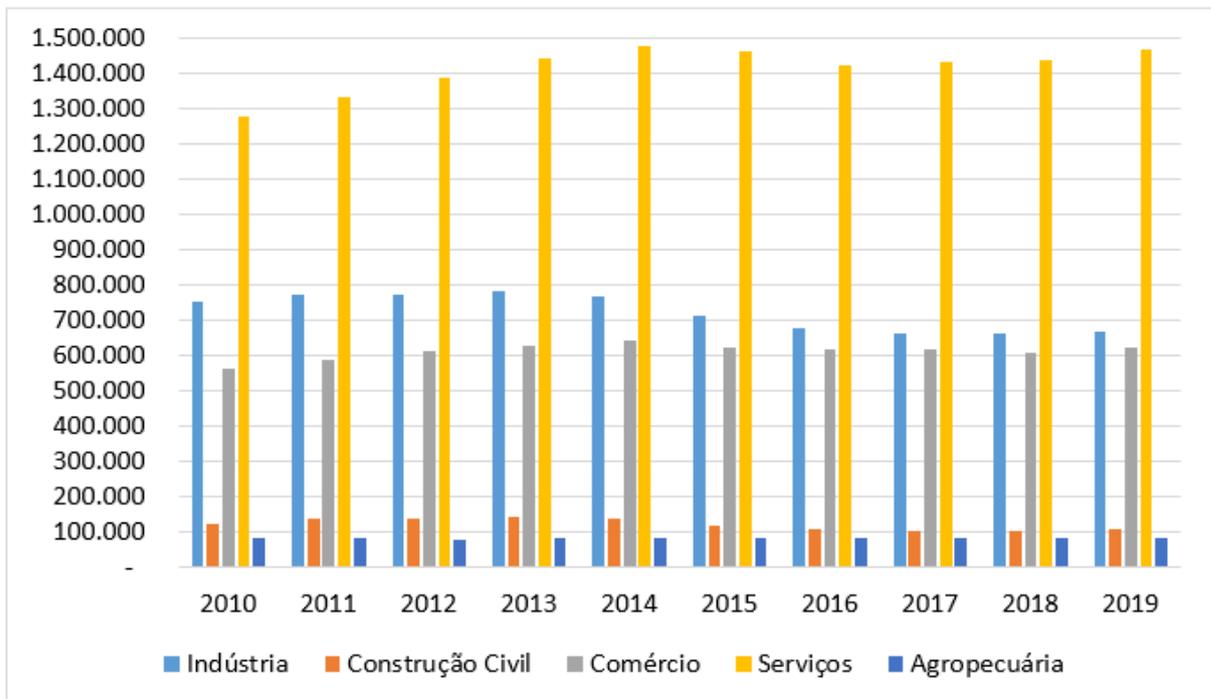
Estas divergências podem ser percebidas tanto do ponto de vista da desigualdade regional quanto do ponto de vista do uso do território, podendo resultar

em problemas sociais, ambientais e migrações em massa para os locais vistos como favorecidos. Pode-se evidenciar este apontamento ao analisar a distribuição da produção econômica, do emprego e da população, visto que apenas três regiões concentram cerca de 53% da produção econômica e 42% da população do estado (CARGNIN, 2019).

Tal preocupação se dá pelo motivo de que os empregos da indústria de transformação começaram a sofrer os impactos do processo de retração da economia nacional em relação ao total de empregos formais no estado. O crescimento dos empregos da indústria de transformação ocorreu até 2013, regredindo nos anos seguintes, enquanto no valor total de empregos formais do Rio Grande do Sul esse crescimento se estendeu até 2014 (CARGNIN, 2019).

Dessa forma, é possível verificar no Gráfico 4 a alteração do número de vínculos empregatícios ativos de cada setor da economia gaúcha. Destacando que o levantamento de dados publicado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apresenta a divisão dos setores de forma separada no que se refere ao comércio e a construção civil, segmentos pertencentes aos setores de serviços e de indústria, respectivamente.

Gráfico 4 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos por setor no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

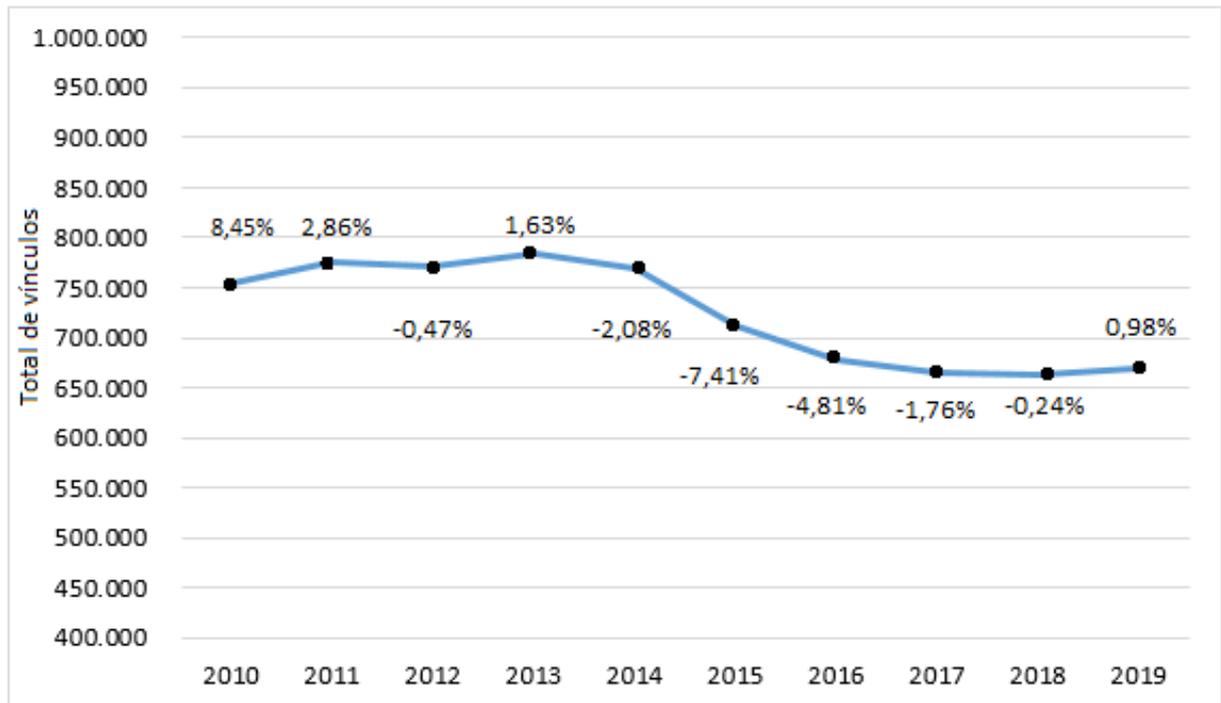


Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

Através do Gráfico 4 é possível perceber que o setor de serviços se manteve com o maior número de vínculos empregatícios no estado desde o ano de 2010 até o último ano de análise. Esta constatação vai ao encontro da ideia apontada anteriormente por Stein, Sulzbach e Bartels (2015) que apresenta que o setor de serviços é o que possui maior destaque na economia gaúcha, visto que a sua viabilidade econômica está relacionada com a aglomeração de agentes econômicos e consumidores, além de envolver outros segmentos como o comércio, transporte, limpeza, serviços públicos e de informação.

Verifica-se também que o ano de 2014 se caracteriza como o ano que mais apresentou vínculos ativos no setor de serviços desde o início da série histórica. Pode-se relacionar este fator com a baixa taxa de desocupação e o estímulo ao consumo presentes na época. Ao que se refere aos demais setores, o setor agropecuário é o que possui o menor número de vínculos empregatícios, seguido pela construção civil, comércio e indústria (GRÁFICO 4).

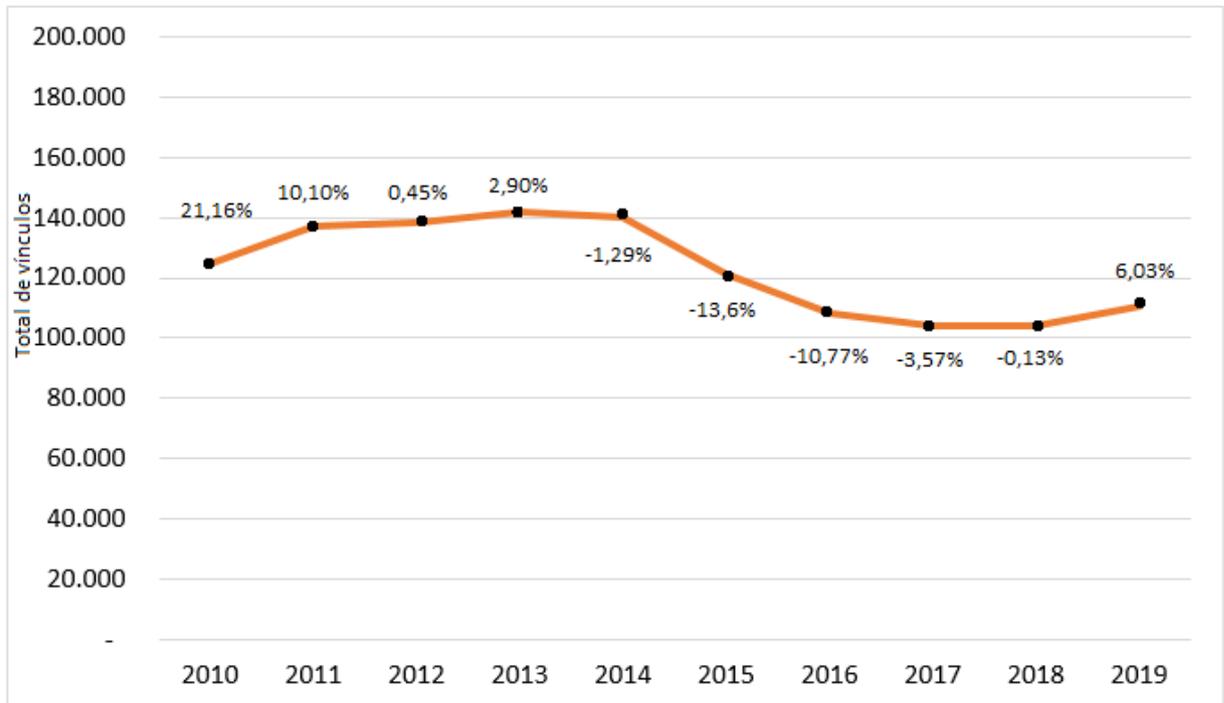
Gráfico 5 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor industrial no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

No Gráfico 5 é possível observar uma queda que se inicia no ano de 2014 no setor industrial, perdurando até 2018. Conforme visto anteriormente, o nível de atividade do período operava abaixo do que era esperado, apresentando alta ociosidade dos fatores de produção e contribuindo com a concepção de que a recuperação da economia se tornaria mais demorada e gradual do que estava previsto. Dessa forma, se confirma o aumento da taxa de desemprego presente nos respectivos anos, e se torna visível os impactos causados pelos cortes da Taxa Selic, e a falta da expansão monetária.

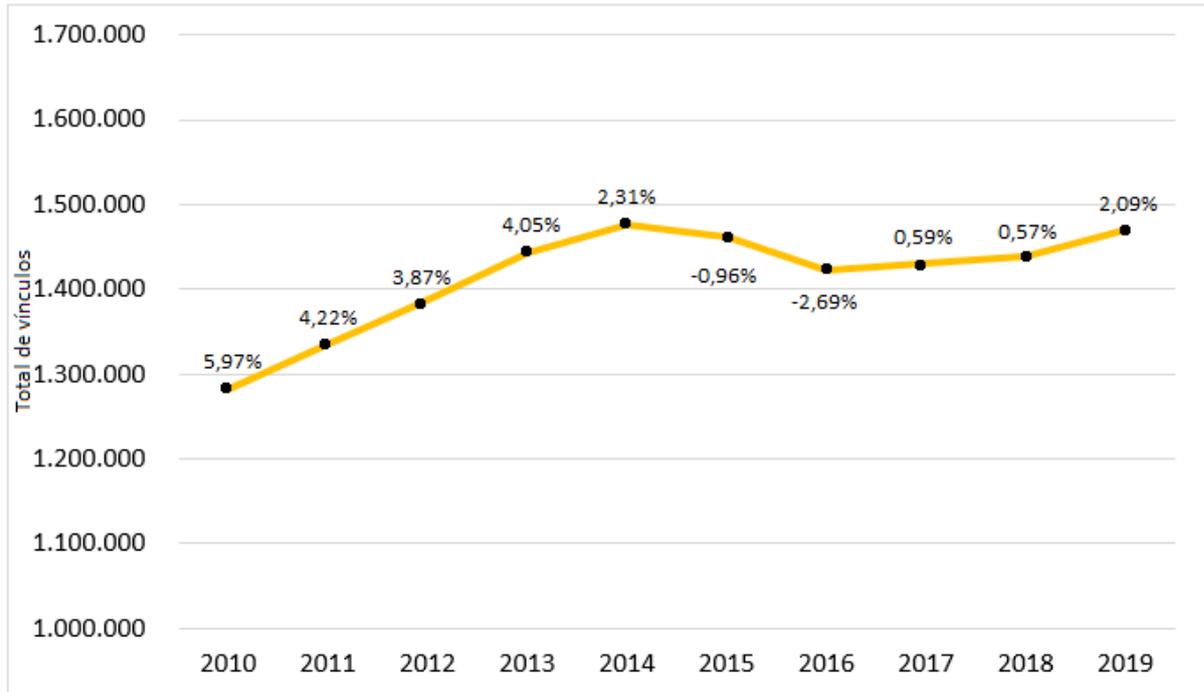
Gráfico 6 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor de construção civil no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

A construção civil apesar de possuir levantamento próprio, faz parte do setor industrial, e se mostra igualmente impactado pelos efeitos da política monetária. Na série história, passou a apresentar queda também no ano de 2014, se estendendo até 2018. No ano de 2015 foi constatada a maior diminuição no número de vínculos empregatícios no setor, passando de 140.290 em 2014, para 121.175 em 2015, resultando em uma variação de 13,6% para baixo (Gráfico 6). Pode-se confirmar estes dados quando associados a elevação contínua da Taxa Selic a partir do ano de 2014, visto que a redução da oferta de crédito acaba afetando a procura por serviços prestados pela construção civil, já que os consumidores priorizam outras formas de investimentos nestes momentos.

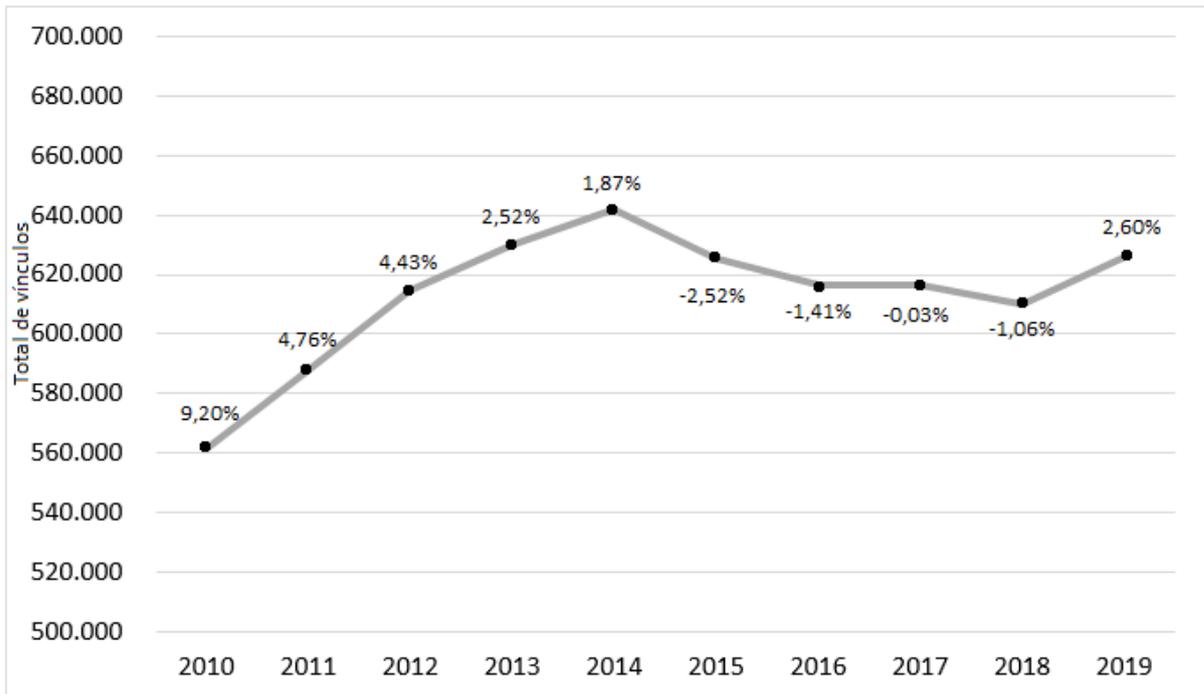
Gráfico 7 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor de serviços no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

O setor de serviços é responsável pelo maior número de vínculos empregatícios na economia gaúcha e conforme dados divulgados pelo Estado do Rio Grande do Sul (2021), no ano de 2018 o setor representou mais de 70% do total de empregados do estado. Ademais, pode ser observado no Gráfico 7, que o ano com maior crescimento durante a série história foi em 2014, totalizando 1.476.776 vínculos empregatícios, resultando em uma variação de 2,31% para mais em relação ao ano anterior e indo ao encontro dos dados verificados na Taxa de Desocupação do ano de 6,85%, uma das menores do período estudado. Já nos anos seguintes, verifica-se um aumento na Taxa de Desocupação e uma queda no número de vínculos.

Gráfico 8 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor comercial no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

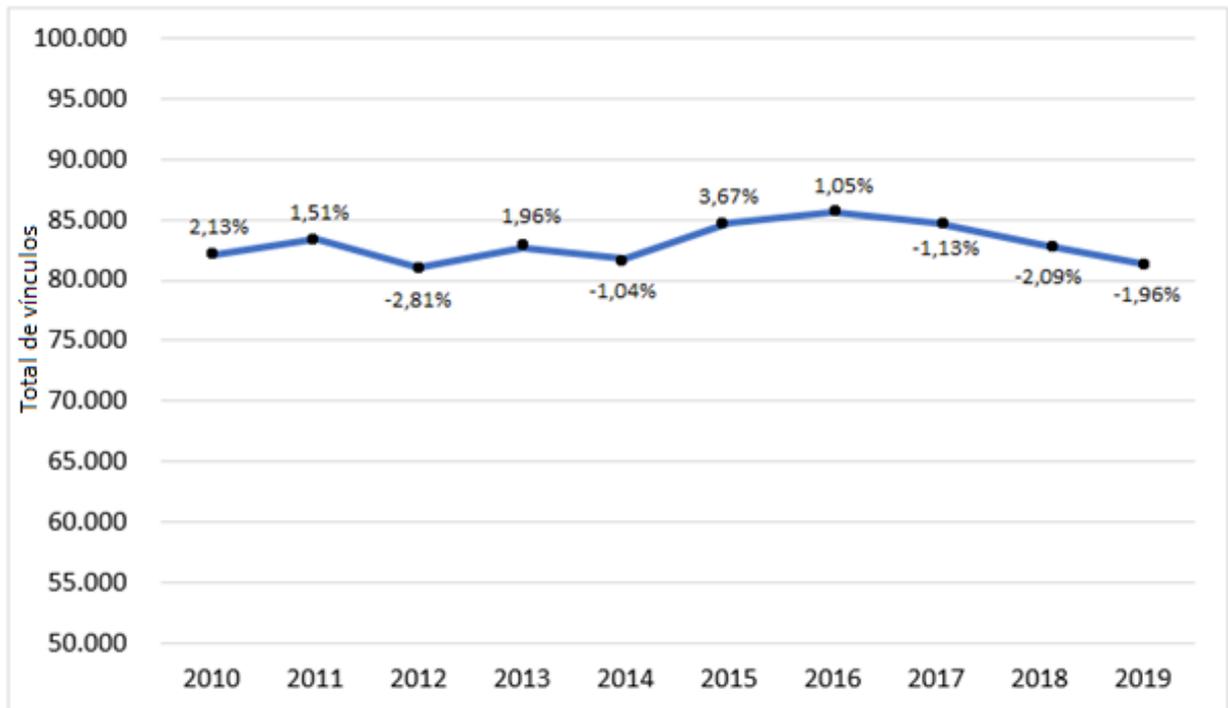


Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

O setor comercial também possui seu próprio levantamento de dados no que se refere ao número de vínculos empregatícios, mesmo estando incluso no maior setor da economia gaúcha, o de serviços. Por vezes, os dados coincidem-se entre si. Contudo o setor comercial é mais afetado pelas decisões da política monetária do que as demais atividades englobadas no setor de serviços, visto que uma elevação na taxa de juros reduz a tomada de crédito, diminuindo conseqüentemente o poder de compra dos consumidores que visavam utilizar de empréstimos para realizá-las.

Verifica-se no Gráfico 8, uma redução no número de vínculos empregatícios a partir de 2015, período em que os instrumentos da política monetária passaram a sofrer alterações, como é o caso da elevação na taxa de juros. Contudo vale ressaltar que por vezes não existe uma ligação direta, visto que nos dois primeiros anos estudados neste trabalho, a taxa de juros passava por elevações e a variação no número de vínculos do setor comercial também se elevava, aumentando 9,20% em 2010 e 4,76% em 2011, sendo estas as maiores variações da série histórica.

Gráfico 9 – Alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual no setor agropecuário no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

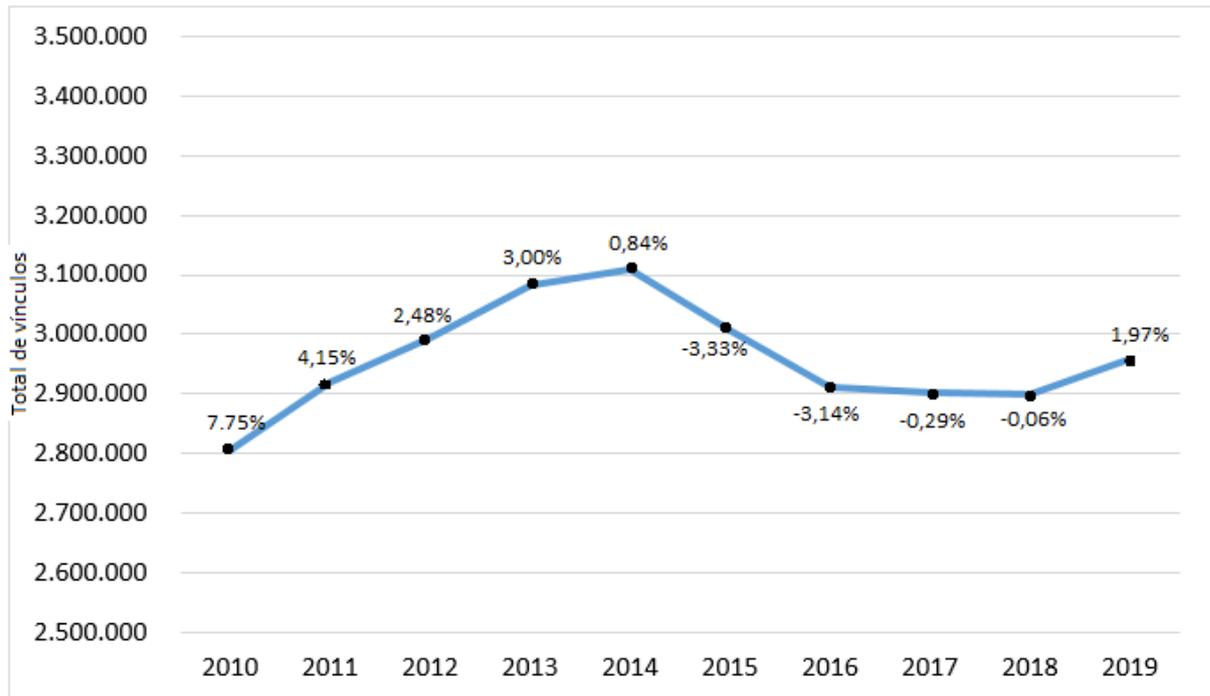


Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

Como pode-se verificar no Gráfico 9, com os dados levantados sobre a agropecuária, torna-se visível que este é o setor com o menor número de vínculos empregatícios, isso se deve conforme já mencionado por Breitenbach (2018), ao fato de que o setor agrícola é composto, majoritariamente, pela agricultura familiar, de modo que não estão inclusos neste levantamento.

Porém, como os demais setores, a agropecuária também é impactada pelas decisões da política monetária, apresentando oscilações no cenário econômico. Situações como a queda do consumo faz com que a busca por mão-de-obra também passe por redução, alterando a variação de vínculos empregatícios. Outro ponto de relevância no setor agropecuário é a necessidade de tanto grandes quanto pequenos produtores buscarem por crédito para otimizar os processos de produção e realizar maiores investimentos. Dessa forma, quando a taxa de juros se eleva dificultando a tomada de crédito, alterações podem surgir na variação de vínculos empregatícios.

Gráfico 10 – Vínculos empregatícios totais no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e a variação anual entre 2010 e 2019



Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais (2021)

Após apresentadas as alterações do número de vínculos empregatícios e as variações anuais de cada setor da economia do Rio Grande do Sul, é possível verificar no Gráfico 10 em qual período dentre os estudados neste trabalho, se encontra a menor e a maior variação total no número de vínculos. Esta relação por vezes está diretamente ligada as decisões da política monetária no âmbito federal como já visto anteriormente, impactando nos setores da economia estadual de formas distintas.

Desde o ano de 2010 até o ano de 2014 constata-se uma elevação contínua no número de vínculos empregatícios no estado, podendo se relacionar com as baixas taxas de desocupação do país na época. Conforme apontado anteriormente por Silva (2017), no mandato administrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política monetária tinha como objetivo manter a estabilidade econômica, a fim de promover o crescimento da economia, expandindo o crédito e elevando o consumo.

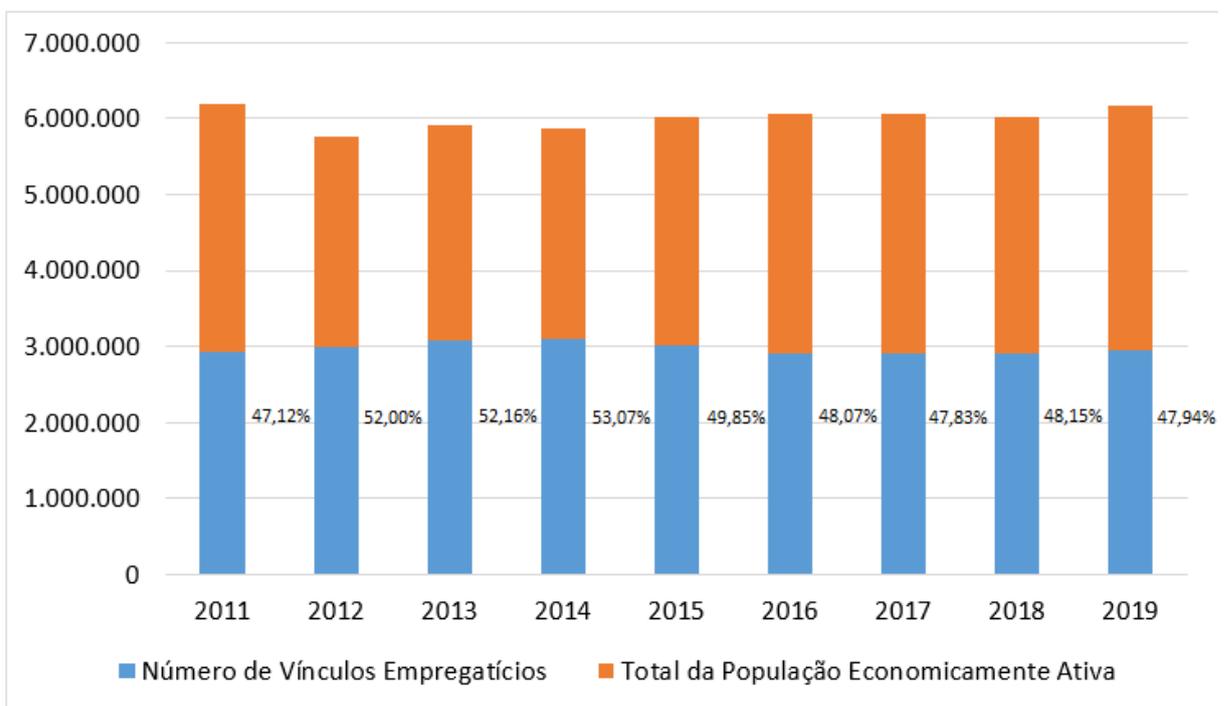
Com a transição para o governo Dilma, medidas semelhantes ao governo anterior continuaram a serem tomadas. A oferta do crédito servia de incentivo para consumidores e também empregadores, que conseguiam realizar investimentos em suas empresas e propriedades, resultando na geração de postos de emprego.

Contudo, no ano de 2015 passou-se a observar uma redução no número de vínculos ativos nos setores da economia gaúcha até o ano de 2018, resultando na elevação da taxa de desocupação neste mesmo período.

É possível verificar também a relação entre os vínculos empregatícios do mercado formal, principalmente quando comparados com o total da população economicamente ativa, a qual é definida como o “número de pessoas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas aquelas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência” (IPEA, 2021), conforme o seguinte levantamento da série histórica da última década, apresentado no Gráfico 11.

Somente se apresentam dados a partir do ano de 2011, visto que os órgãos responsáveis pelo levantamento das informações não o fizeram no ano de 2010, havendo, portanto, uma lacuna neste ano.

Gráfico 11 – Relação entre o Total da População Economicamente Ativa e o número de Vínculos Empregatícios Ativos no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2019



Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2021) e IBGE (2021)

Analisando o Gráfico 11, é possível verificar que a maior população economicamente ativa se encontra no ano de 2011, correspondendo a 6.199.001. Dessa forma, observa-se também que a porcentagem de 47,12% que representa o número de vínculos em 2011, passa a ser a menor apresentada na série histórica, porém não significando que o número de vínculos seja o mais baixo, mas sim em razão do número elevado da PEA.

No ano de 2014 percebe-se o maior percentual entre a população economicamente ativa e o número de vínculos empregatícios. Este fato está relacionado com a condição de que no ano o setor de serviços apresentou a maior elevação no seu número de cadastros, colaborando para que a taxa aumentasse (GRÁFICO 11). As medidas de política monetária estipuladas no ano e o crescimento da economia contribuíram para que a taxa se mantivesse nesse ritmo, conforme apontado anteriormente por Silva (2017).

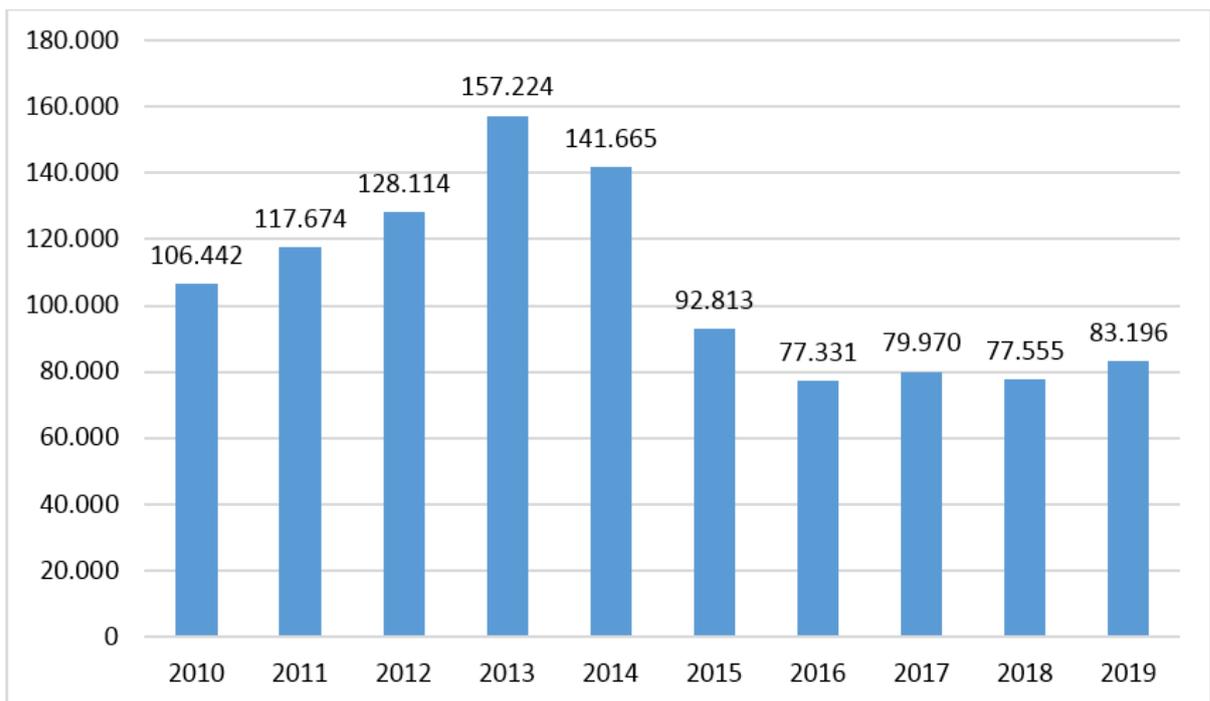
Até 2014 esta relação apresentou elevação, e como motivos pode-se considerar as estratégias de política monetária utilizadas no país para que estimulassem o crescimento da economia e o aumento dos fatores de produção. A partir de 2015 observa-se reduções contínuas na relação entre a PEA e o total de vínculos empregatícios, havendo a associação com a elevação nas taxas de desocupação dos respectivos anos (GRÁFICO 11). No ano de 2017, constata-se a menor relação após 2014, totalizando 47,83%, indo ao encontro com a maior taxa de desocupação do país no período estudado, também no ano de 2017, de 12,82%.

Dessa forma, pode-se perceber os impactos das decisões da política monetária e as transformações sobre o mercado de trabalho. Visto que o desemprego ocorre pelos elevados índices de demissões e também pela ampliação do tempo da procura de trabalho pelos indivíduos, tanto as classes sociais com menor ou maior grau de instrução passam a sentir a perda de seus postos de trabalho e renda. Alves *et al.* (2021) ao estudarem o mercado de trabalho brasileiro concluem que a ineficiência e a falta de qualidade do trabalho conduzem ao crescimento das modalidades de ocupações informais, como os contratos de trabalho por tempo determinado, terceirizações e também do trabalho autônomo. Assim, se dá o surgimento de novas formas trabalhistas que fogem do padrão de trabalho legalmente constituído, deixando de serem assistidas pela legislação.

No Gráfico 12, através de dados da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, são apresentadas as quantidades de vagas oferecidas no Sistema Nacional

de Emprego no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019, para que possa ser realizada uma análise relacionada com os instrumentos de política monetária adotados em cada período.

Gráfico 12 – Vagas oferecidas no Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: Dados obtidos com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, FGTAS/SINE (2021)

Verificando o número de vagas oferecidas no mercado de trabalho gaúcho, percebe-se através do Gráfico 12, que a maior oferta ocorreu no ano de 2013, totalizando 157.224, e a menor de 77.331 no ano de 2016. No ano de 2017 em que se constata a maior taxa de desocupação da série histórica apresentada neste trabalho, o número de vagas oferecidas era de 79.970. Nesse sentido, mesmo com a diminuição do número de vínculos empregatícios e o aumento na taxa de desocupação, o número de vagas oferecidas não se elevou.

Ao tentar estabelecer uma relação direta entre vagas oferecidas pelo mercado de trabalho e as decisões da política monetária pode surgir divergências. Levando em consideração dados da Taxa Selic, no seu período de maior alta, o número de vagas encontrava-se baixo. E no momento em que a taxa passou novamente por uma redução, no ano de 2018, o número de vagas oferecidas se estabilizou.

4 CONCLUSÃO

Para que esta pesquisa se realizasse, foram utilizados métodos bibliográficos de caráter descritivo, apresentando a literatura acerca das características e funções da política monetária, bem como as principais decisões tomadas em cada governo analisado, passando também por seus aspectos históricos no país. Além de um levantamento de dados públicos acerca do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, durante os anos em que se propôs o estudo.

Através da literatura sobre a aplicação das políticas monetárias se torna possível identificar o papel do governo em tentar estabilizar a atividade econômica, ou então reduzir os impactos negativos causados pelos ciclos econômicos enfrentados ao longo dos anos. Assim, as análises que os governos conseguem fazer em relação a sociedade, tem por objetivo determinar as regulações necessárias para o desenvolvimento do país.

No que diz respeito aos objetivos específicos desse trabalho, é possível verificar que foram utilizadas diferentes formas de condução da política monetária, iniciando pelos governos Lula e Dilma nos quais foram priorizadas medidas com o propósito de conter a inflação e manter a estabilidade econômica. Resultando em uma redução das taxas de juros e desemprego do país, juntamente com a expansão do crédito e do consumo.

Já nos mandatos Temer e Bolsonaro foram identificadas decisões de caráter mais conservador. A taxa básica de juros foi reduzida de forma contínua e as medidas de política monetária eram adotadas conforme a necessidade de ajustes na manutenção da mesma, fazendo com que a inflação fosse estimulada até se aproximar do que era estabelecido pela meta da época. A taxa de desocupação se elevou de forma significativa, visto que os níveis de atividade operavam abaixo do que era esperado, refletindo no aumento do desemprego.

Sendo assim, o mercado de trabalho está relacionado com os objetivos de desenvolvimento do país, sendo motivo de discussões tanto no âmbito social quanto no econômico. No estado do Rio Grande do Sul a concentração do emprego está relacionada com a estrutura produtiva do estado e o setor de serviços é o que possui maior destaque na economia gaúcha, apresentando o maior número de vínculos empregatícios ativos.

No que se refere ao problema de pesquisa se torna compreensível que por vezes as decisões das políticas monetárias impactam de forma direta no cenário econômico gaúcho, reduzindo e elevando postos de trabalho. E por outras, se faz inexistente uma relação entre estas variáveis, visto que no mesmo período ocorrem elevações na taxa de desocupação e também no número de postos de trabalho.

Diante das adversidades que o mercado de trabalho enfrenta no Rio Grande do Sul, foi possível perceber, por meio da pesquisa realizada, que por vezes as consequências das decisões da política monetária resultam em alterações nos diversos indicadores do mercado de trabalho, bem como nas taxas de emprego e desemprego. Contudo, em outros momentos verifica-se que não ocorre a associação entre os dois assuntos abordados, visto a existência das demais variáveis econômicas e consideráveis defasagens de tempo entre a adoção da política e seus efeitos.

Para que se chegasse a estes resultados, foi realizada uma análise apontando a alteração do número de vínculos empregatícios ativos e a variação anual dos setores da economia do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019, relacionando cada período exposto, com as políticas monetárias adotadas pelos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro em seus respectivos mandatos, visto que estas decisões são tomadas no âmbito federal. Contudo, vale ressaltar que sozinhas, as medidas advindas das políticas monetárias não se mostram capazes de gerar os efeitos necessários para o desenvolvimento almejado por países ou estados.

A situação em que o mercado de trabalho se encontra revela características sobre a economia de todo o país, visto que dependendo do nível de empregos oferecidos e também da taxa de desemprego, é possível compreender se a economia está em um período de retração ou de desenvolvimento. Para verificar mais a fundo sobre este assunto e buscar novas perspectivas, sugere-se a abordagem de outras vertentes teóricas, como a Curva de Phillips ou metodológicas empregando técnicas quantitativas.

REFERÊNCIAS

ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Ben S.; CROUSHORE, Dean. *Macroeconomia*. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2008.

ALVES, R. *et al.* Mudanças Políticas e Econômicas que contribuíram para o panorama atual brasileiro do mercado de trabalho e emprego. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, p. 110-124, 2021.

ANTONIAZZI, Elisiane A.; RAIHER, Augusta Pelinski. Crescimento econômico e desenvolvimento: uma análise acerca da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. *Revista UEPG*, Ponta Grossa, v. 28, p. 1-16, 2020.

BALTAR, Paulo. *Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Acesso à informação do BC*: Secretaria do CMN. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/cmn>>. Acesso em: 15 mai. 2021a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Histórico das Taxas de Juros*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 16 set. 2021b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Publicações e Pesquisa: Atas Do Copom*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>>. Acesso em: 05 set. 2021c.

BARBOSA-FILHO, Nelson H. La política económica de Brasil de 2011 a 2019. *Revista de Economia da UEG*, São Paulo, v. 87, n. 347, p. 597-634, 2020.

BAUMANN, Renato. *Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente*. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

BREITENBACH, Raquel. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 53-68, 2018.

CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.

CARGNIN, A. *et al.* A ilusória desconcentração industrial gaúcha após a recente crise econômica. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 113-131, 2019.

CARVALHO, F. *et al.* *Economia Monetária e Financeira: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Temas de política monetária keynesiana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 33-61, 1994.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht. Sobre a comparação da taxa de desocupação na PNAD Contínua e na PME. Nota Técnica nº 18. Brasília: Ipea, 2014.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. *Economia do setor público: uma análise crítica*. Curitiba: Editora InterSaberes, 2019.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 7, p. 91-103, 2011.

FILELLINI, Alfredo. *Economia do setor público*. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

GIAMBIAGI, F. *et al.* (org.). *Economia brasileira contemporânea*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, J. *et al.* Mercado de trabalho e políticas públicas de emprego e renda. *Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, Itajubá, v. 9, n. 8. p. 1-26, 2020.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

G1 RS; *Desemprego no RS chega a mais de 10% no terceiro trimestre de 2020, diz boletim*. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/01/27/desemprego-no-rs-chega-a-mais-de-10percent-no-terceiro-trimestre-de-2020-diz-boletim.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Econômicas: Quinze estados têm PIB acima da média nacional em 2018; Sergipe é o único com queda*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29447-quinze-estados-tem-pib-acima-da-media-nacional-em-2018-sergipe-e-o-unico-com-queda>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dados Macroeconômicos*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 13 set. 2021.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MODENESI, Andre de Melo; MODONESI, Rui Lyrio. Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 389-411, 2012.

MORAIS, Lecio. A evolução institucional do Banco Central e as mudanças de política monetária no Brasil no período de 1964-1998. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 221-254, 2005.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.

OREIRO, José Luís; DE PAULA, Luiz Fernando. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar*. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

PARKIN, Michael. *Macroeconomia*. 5 ed. São Paulo: Addison-Wesley, 2003.

POFFO, Gabriella Depiné.; KOEHLER, Fernanda dos Santos. Mercado de trabalho e carreira. *Caderno de Estudo*. Balneário Camboriú: Editora Avantis Digital, 2018.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, André Moreira. A dinâmica dos fluxos de capitais em tempos de instabilidade: o desempenho do Brasil no primeiro semestre de 2013. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 9-22, 2014.

PRATES, Daniela Magalhães; FRITZ, Barbara; PAULA, Luis Fernando de. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro, n. 009, 2019.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. *Informações: RAIS Estabelecimento*. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id/caged_rais_estabelecimento_basico_tab.php>. Acesso em: 03 out. 2021.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). *Economia Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

RIBEIRO, Andrea. Práticas de política econômica: um teste de atas do comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (2003-2014). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, n. 64, p. 99-120, 2017.

RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 58-74, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SICSÚ, João. A negação da ineficácia da política monetária. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, n. 28, p. 80-107, 1997.

SILVA, José Alderir da. A política monetária nos governos Lula e Dilma. *Revista de Economia da UEG*, Anápolis, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2017.

SOUSA, Arthur Batista; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Regime de metas de inflação, bancos públicos e a coordenação de política monetária: lições da experiência brasileira recente à luz do debate estruturalistas x monetaristas. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 109-127, 2012.

SOUZA, Jobson Monteiro de. *Economia Brasileira*. São Paulo: Pearson, 2009.

SOUZA, Michel Cândido de. Política monetária e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-24, 2017.

STEIN, Guilherme; SULZBACH, Vanessa Neumann; BARTELS, Mariana. *Relatório sobre o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul – 2001-13*. Fundação da Economia e Estatística, Porto Alegre, 2015.